



RELATÓRIO E CONTAS 2021

Marina do Parque das Nações
– Sociedade Concessionária da
Marina do Parque das Nações, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2022

Índice

Relatório de Gestão

I.	Mensagem do Presidente	9
II.	Atividade Desenvolvida e Perspetivas para 2021.....	11
III.	Análise Económica e Financeira	13
IV.	Outras informações relevantes.....	17
V.	Agradecimentos	19
VI.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	21
VII.	Cumprimento das Orientações Legais.....	23

Demonstrações Financeiras

I.	Balanço	41
II.	Demonstração dos Resultados por Naturezas	43
III.	Demonstração das Alterações no Património Líquido	45
IV.	Demonstração de Fluxos de Caixa	47
V.	Anexo às Demonstrações Financeiras	49

Demonstrações Orçamentais

I.	Orçamento e Plano Orçamental Plurianual.....	71
II.	Demonstração do Desempenho Orçamental.....	73
III.	Demonstração de Execução Orçamental da Receita.....	75
IV.	Demonstração de Execução Orçamental da Despesa	77
V.	Anexo às Demonstrações Orçamentais	78

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Abreviaturas

AG	Assembleia Geral
CA	Conselho de Administração
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CSC	Código das Sociedades Comerciais
CMV	Custo das Mercadorias Vendidas
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DLEO	Decreto-Lei da Execução Orçamental
EBITDA	" <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> " (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)
EGP	Estatuto do Gestor Público
EPR	Empresa(s) Pública(s) Reclassificada(s)
FF	Fonte de Financiamento
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
GcP	Gastos com Pessoal
IAS/IFRS	Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro
IFRIC	<i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i>
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.
IPG	Instrumentos Previsionais de Gestão
IPSAS	Normas Internacionais de Contabilidade Pública
NCP	Normas de Contabilidade Pública
MPN	Marina do Parque das Nações – Sociedade Concessionária da Marina do Parque das Nações, S.A.
OE	Orçamento do Estado
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
PERE	Processo Especial de Recuperação de Empresas
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
RGS	Relatório do Governo Societário
RJSPE	Regime Jurídico do Setor Público Empresarial
ROC	Revisor Oficial de Contas
SEE	Setor Empresarial do Estado
SET	Secretário de Estado do Tesouro
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
UTE	Unidade da Tesouraria do Estado
VN	Volume de Negócios



RELATÓRIO DE GESTÃO

I. Mensagem do Presidente

Depois de um ano de 2020 em que os efeitos económicos do surto pandémico da doença Covid-19 marcaram de forma significativa a evolução da atividade económica a nível nacional (com uma contração do PIB de 8,4%) e internacional, o ano de 2021 trouxe o início da retoma (com um crescimento do PIB de 4,9% em Portugal). Sendo certo que 2020 havia, ainda assim, consubstanciado um ano de crescimento da atividade da Marina do Parque das Nações, S.A. (MPN), a retoma da atividade económica assume particular relevância, porquanto é sabido que a dinâmica do mercado da náutica de recreio é muito dependente da dinâmica económica.

Com efeito, confirmando a expectativa decorrente (i) da evolução da situação macroeconómica, (ii) da dinâmica e resiliência evidenciadas pelo setor da náutica de recreio no decorrer da crise pandémica, e (iii) da consolidação da trajetória de crescimento da atividade da MPN, no ano de 2021 registou-se um crescimento do Volume de Negócios (VN) de 3,6%, que se fixou em 1.124 mil Euros, o melhor registo de sempre da sociedade. Sem prejuízo deste assinalável crescimento, certo é que o desempenho da MPN continuou a evidenciar uma EBITDA negativo (-96,287 mil Euros), ainda que apresentando um desagravamento muito ligeiro comparativamente com 2020 (-96,350 mil Euros). Com efeito, este indicador financeiro continuou aquém da meta de referência estabelecida pelo Conselho de Administração (CA), i.e., a obtenção de EBITDA positivo.

Numa análise focada nas principais unidades de negócio, mais precisamente no que se refere ao Porto de Recreio, a taxa média de ocupação fixou-se em 87% (+5 p.p. que no ano anterior), pelo que traduzindo a taxa de ocupação mais elevada desde a reoperacionalização da MPN (ocorrida em 2009). Sem prejuízo dos problemas de assoreamento que continuam a afetar a exploração desta unidade de negócio, para esta evolução contribuíram diversos fatores, de entre os quais cumpre destacar: (i) a capacidade de continuar a atrair, sobretudo, embarcações visitantes ao longo de todo o ano, possibilitando um aumento da taxa de ocupação média anual, ao mesmo tempo que se verifica o gradual esbatimento da sazonalidade da procura; (ii) o aumento do número de postos de amarração disponíveis (com destaque para os postos de amarração da Classe IV – embarcações de 10 a 12 metros –, onde existe uma procura expressiva por parte de embarcações nacionais e estrangeiras), em virtude da prossecução de intervenções anuais de desassoreamento da Bacia Sul; (iii) a aposta na afirmação da MPN como polo dinamizador do turismo náutico, através da sua constituição como base de operações em segmentos emergentes de atividades marítimo-turísticas, cuja exploração não é condicionada pelas restrições à navegabilidade existentes em áreas específicas da Bacia Sul.

No que respeita ao Edifício Nau, conforme tem vindo a ser constatado, as patologias estruturais que afetam este edifício têm condicionado fortemente a sua exploração. Sendo certo que em 2019-2020 foi possível subconcessionar um novo espaço, o que potenciou o aumento da receita gerada por esta unidade de negócio, em 2021 não se registou qualquer alteração ao nível da ocupação do edifício.

Por sua vez, o Centro Náutico, cuja atividade foi fortemente afetada pela situação pandémica, mostrou sinais de recuperação no 2.º semestre de 2021. Ainda que neste ano a atividade ainda tenha ficado muito aquém dos anos anteriores, crê-se que com o gradual levantamento das restrições relacionadas com a pandemia, será possível a normalização das atividades desenvolvidas nesta unidade de negócios.

Releva ainda uma nota de destaque em relação ao facto de, no decorrer do 2.º semestre de 2021, ter sido finalmente possível assegurar as condições necessárias para a abertura do Posto de Combustível da MPN, concretizada já no início de 2022, um serviço de apoio de grande relevância no contexto da atividade de uma marina.

Por fim, o CA da MPN reafirma, como tem feito até aqui, o seu compromisso de continuar a trabalhar empenhadamente na criação de valor, por via do desenvolvimento da atividade da sociedade nas suas diferentes unidades de negócio, assim como na criação das condições necessárias à garantia da sua estabilização e regular funcionamento. Isto sem descuidar a



Ally
[Handwritten signature]

busca gradual de soluções que permitam minimizar/suplantar os diversos desafios e constrangimentos existentes, potenciando a melhoria da qualidade do serviço prestado, o reforço da atratividade do estabelecimento e a melhoria da imagem e notoriedade/credibilidade da MPN.

II. Atividade Desenvolvida e Perspetivas para 2022

O ano de 2021 voltou a registar um crescimento significativo da atividade da MPN, patente no aumento do VN da sociedade (+3,6%). Desta forma, corroborando a perspetiva que tem vindo a ser expressa quanto à afirmação de uma trajetória de crescimento sustentado, iniciada em 2018.

Particularmente no que se refere à atividade desenvolvida ao nível do Porto de Recreio, importa desde logo referir que, na sequência da intervenção de desassoreamento realizada em 2020, no contexto da qual foi intervencionado o Pontão C em toda a sua extensão (mormente por imperativos de segurança do equipamento flutuante), foi possível voltar a explorar 20 postos de amarração da Classe IV – embarcações de 10 a 12 metros – que se encontravam sem ocupação devidos a problemas de assoreamento. Exploração esta que foi mantida em 2021, com os subseqüentes benefícios em termos de receita gerada.

Em 2022, perspetiva-se intervencionar ainda o setor correspondente aos pontões H-Norte e I-Sul, cuja exploração se encontra igualmente limitada devido aos níveis de assoreamento. Tal permitirá aumentar de forma significativa o número de postos de amarração utilizáveis – i.e. sem limitações de navegabilidade – na Classe II (embarcações de 6 a 8 metros – 72 postos de amarração). Tal abre a possibilidade de adaptação *do layout* da Bacia Sul – com o subseqüente incremento da receita potencial –, através da movimentação parcial dos *fingers* inutilizados da Classe III (embarcações de 8 a 10 metros) instalados no Pontão E-Sul para o Pontão G-Norte (na área onde estão presentemente instalados pontões de 6 metros). Com a concretização desta movimentação, o Pontão G passará a dispor exclusivamente de *fingers* de 8 metros (Classe III), enquanto o Pontão E-Sul passará a dispor de *fingers* de 6 metros (Classe II) e 8 metros (Classe III).

Tendo presente a necessidade de intervenções periódicas de desassoreamento na MPN, no decorrer do ano de 2021 foram ainda encetados os trabalhos preparatórios do “Plano Plurianual de Desassoreamento 2022-2024”, incluindo a realização do levantamento topo-hidrográfico e da campanha de caracterização de sedimentos do Porto de Recreio e Bacia Sul. Trabalhos estes que possibilitaram a submissão do referido plano já no início de 2022, o qual se encontra em apreciação por parte da Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste. De salientar que, do ponto de vista da área a intervencionar, este documento contempla a totalidade da Bacia Sul e Anteporto, pelo que dotando a MPN de um instrumento que permitirá uma gestão anual mais flexível das intervenções de desassoreamento.

Ainda em relação ao Porto de Recreio, mais precisamente no que concerne à área técnica do terraplano, explorada por uma entidade terceira, existe a perceção de que o nível de procura dos serviços de apoio disponibilizados se tem vindo a manter estável. Quanto ao Posto de Combustível, conforme referido anteriormente, no decorrer do 2.º semestre de 2021 foi possível assegurar as condições necessárias para a sua abertura, que ocorreu já no início de 2022. Note-se que desde a sua reoperacionalização (2009), ainda não tinha sido possível à MPN assegurar a disponibilização deste serviço de apoio.

Noutra perspetiva, manteve-se a aposta no segmento das atividades marítimo-turísticas capazes de tirar partido das vantagens competitivas inerentes à situação geográfica do estabelecimento da concessão, e cuja operação não é afetada pelos condicionalismos decorrentes dos níveis de assoreamento.

Quanto ao Edifício Nau, este foi projetado com o intuito de desempenhar um papel central na dinamização da marina, tirando partido da sua localização entre as duas bacias do Porto de Recreio (Bacia Norte e Bacia Sul), ao permitir uma visão global das atividades náuticas. Todavia, as deficiências técnicas do edifício, conjugadas com os problemas que afetam a capacidade operacional do porto de recreio e Bacia Norte (cuja operacionalização deve ser analisada à luz da avaliação de soluções alternativas de longo prazo), têm condicionado a assunção daquele papel, refletindo-se na dinâmica da atividade comercial e na fruição social do espaço. No contexto atual, e atentos o horizonte do Contrato de Concessão e a dificuldade da MPN em mobilizar os meios financeiros necessários à requalificação do Edifício Nau, tem vindo a ser feito um esforço para garantir os níveis de manutenção preventiva e corretiva que permitam assegurar a segurança na utilização do mesmo.



Em 2022, procurar-se-á ainda encontrar soluções que permitam potenciar a rentabilização da área da Ponte-Cais da MPN, incluindo a eventual expansão da oferta de estacionamento, dando resposta ao gradual crescimento da procura verificado após a retoma da atividade económica.

Quanto ao Centro Náutico, esta unidade de negócio registou um crescimento da sua faturação em 2021, que ainda assim ficou aquém dos níveis anteriores à crise pandémica. Neste ano manteve-se a cooperação com o Desporto Escolar do Ministério da Educação e Ciência para utilização das instalações e equipamentos do Centro Náutico tendo por finalidade o desenvolvimento de atividades náuticas por parte dos alunos dos estabelecimentos de ensino parceiros. Sem prejuízo de as características deste equipamento, assim como a natureza dos serviços oferecidos e passíveis de oferecer, determinarem a existência de um elevado potencial para a sua progressiva dinamização e afirmação, não foi ainda possível clarificar a situação deste equipamento, algo que se espera que ocorra em 2022, tendo em vista a adoção de uma solução de médio-longo prazo para a integração e exploração do referido equipamento por parte da MPN.

Por fim, atendendo à já explicitada relação entra a dinâmica do mercado da náutica de recreio e a dinâmica económica, importa não descurar os riscos para o ritmo de recuperação económica que poderão advir do recente conflito militar na Ucrânia.

III. Análise Económica e Financeira

A presente análise resulta das demonstrações financeiras incluídas neste relatório, as quais foram elaboradas e apresentadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Desempenho

Os rendimentos e gastos de 2021 da MPN encontram-se sintetizados na tabela abaixo:

(Unid: Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	2021	2020	VARIÇÃO 2021 vs 2020	
			Absoluta	%
[+] Vendas e serviços prestados	1.123.583	1.084.762	38.821	4%
[+] Outros rendimentos e ganhos	31.500	14.543	16.957	117%
[-] Fornecimentos e serviços externos	835.006	792.377	42.629	5%
[-] Gastos com pessoal	341.362	338.412	2.950	1%
[-] Custos das mercadorias vendidas	6.998	4.804	2.194	46%
[-] outros gastos e perdas	7.779	7.083	696	10%
[-/+] Imparidades / provisões (perdas/reversões)	-60.224	-52.978	-7.246	-14%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	-96.287	-96.350	63	0%
[-/+] Depreciações e amortizações (gastos/reversões)	-414.164	-421.816	7.652	2%
Resultado operacional (EBIT)	-510.451	-518.166	7.715	1%
[-/+] Gastos de financiamento líquidos	-507.826	-509.218	1.391	0%
Resultado antes de impostos (RAI)	-1.018.277	-1.027.384	9.106	1%
[-/+] Imposto sobre o rendimento do período	1.542	1.364	177	13%
Resultado líquido do período	-1.016.736	-1.026.019	9.284	1%

O desempenho económico-financeiro da MPN, em 2021, fica marcado pela obtenção de um **EBITDA negativo de 96 mil Euros**, montante equivalente ao verificado no ano anterior, mas que representa um desempenho desfavorável face ao estimado no PAO em cerca de 15 mil Euros.

O VN registado em 2021 ascendeu a **1 124 milhares de Euros** e correspondeu a um **aumento de 3,6%** face ao ano anterior. Os serviços prestados relacionados com a atividade náutica (estadias no porto de recreio, terrapleno e serviços de apoio) ascenderam a 812 mil Euros (+10,8% que em 2020), correspondendo a cerca de 72% do VN total. Por sua vez, a componente imobiliária (Edifício Nau e Parque de Estacionamento) foi responsável por 22% do VN total, correspondendo a 251 mil Euros e que corresponde a uma redução de -5,7% face a 2020 fruto da cessação de um contrato de arrendamento e da ocorrência de constrangimentos técnicos à operação do Parque de Estacionamento no decorrer do 1.º semestre de 2021, que impossibilitaram o seu normal funcionamento, o que se refletiu nos níveis de procura e receita gerada. Os restantes 5% do VN foram obtidos através de outras atividades, nomeadamente por via da gestão do Centro Náutico e de receitas suplementares provenientes de venda de produtos relacionados com a náutica e de serviços complementares (e.g. lavandaria, aluguer de bicicletas, etc.).

Os **gastos operacionais, excluindo imparidades e provisões**, ascenderam a **1 191 milhares de Euros**, tendo-se verificado um aumento de 4,2% face ao ano anterior. Pese embora o VN tenha crescido 3,6%, o rácio do peso dos gastos operacionais sobre o VN não evidenciou uma melhoria na eficiência operacional, dado o crescimento verificado nos gastos operacionais (considerando somente as rubricas de FSE, gastos com pessoal e custo das mercadorias vendidas) ter sido superior. Em termos absolutos correspondeu a um aumento de cerca de 48 mil Euros, fortemente influenciável pela ocorrência de alguns factos não recorrentes: (i) contratação de serviço de avaliação patrimonial do estabelecimento da concessão para efeitos de seguro (22,6 mil Euros), na sequência de recomendação do acionista maioritário no sentido da prossecução dos esforços de contratação de seguros que garantam a cobertura suficiente dos riscos a que se encontra exposto o estabelecimento da concessão; (ii) contratação de serviços jurídicos com vista à atualização de parecer sobre a não qualificação da MPN como organismo de Direito Público (10 mil Euros); (iii) realização de duas assembleias gerais (ambas com segundas sessões), para além da ordinária, com o intuito de deliberar sobre a operação harmónio (3,4 mil Euros).

	2021	2020
Gastos Operacionais (CMV+FSE+GcP)	1.183.366	1.135.594
Volume de negócios (VN)	1.123.583	1.084.762
Peso Gastos Operacionais / VN	105,3%	104,7%

O **resultado operacional** da MPN foi **negativo em 510 mil Euros**, estando fortemente condicionado pela expressão dos gastos com amortizações. O investimento de reabilitação e operacionalização do Porto de Recreio e do Edifício Nau, na ordem dos 15 milhões de Euros, realizado em 2008 e 2009, faz com que os **gastos com amortizações** ascendam em 2021 a **414 mil Euros anuais**, atento o facto de o seu reconhecimento estar a ser efetuado com o pressuposto da prorrogação do prazo de concessão por mais 30 anos, com base num acordo celebrado em dezembro de 2010 entre a MPN (entidade concessionária) e a Parque EXPO (à data entidade concedente) com vista ao reequilíbrio financeiro da concessão, resultante do investimento adicional suportado pela concessionária.

Por último, importa referir que, por estimativa, foram reconhecidos **gastos com financiamento**, no montante de **508 mil Euros**, relativos a juros de suprimentos. Isto num contexto em que os contratos de suprimentos cessaram no final de 2017, aguardando-se que a DGTF, na qualidade de representante do acionista principal da MPN – e após a extinção da Parque EXPO –, se pronuncie quanto ao desenvolvimento desta matéria.

Posição financeira

A estrutura patrimonial da MPN exibiu, no final de 2021, um ativo líquido total de 16 676 milhares de Euros, o que se traduz numa redução de 3% face ao ano anterior. Da estrutura do ativo destaca-se o ativo não corrente que representa 82% do total e que é fundamentalmente composto pela quantia escriturada do direito da concessão. Em relação ao ativo corrente, há a salientar a diminuição do valor líquido das contas a receber de clientes. Da faturação emitida em 2021 (1 169 milhares de Euros), foi recebido no próprio ano cerca de 86% desse valor, tendo ainda sido recebidos 133 mil Euros respeitantes a faturação de anos anteriores.

(Unid:Euros)

	Dívida de clientes	Ajustamentos perdas por imparidade	Dívida de clientes ajustada
Saldo em 01-01-2021	495.301	-307.373	187.928
[1] Faturação de 2021	1.169.117		1.169.117
[2] Recebimentos relativos a:			
faturação anterior a 2021	-132.648		-132.648
faturação de 2021	-1.006.079		-1.006.079
[3] Perdas por imparidade			
reconhecimento		-69.112	-69.112
reversões		8.888	8.888
[4] Reconhecimento de incobrável	-60.224	60.224	0
[5] Adiantamentos	-585		-585
Saldo a 31-12-2021	464.882	-307.373	157.509

O total do **passivo** da MPN, no montante de **28,5 milhões de Euros**, é fundamentalmente constituído pelos suprimentos realizados pela Parque EXPO até ao final de 2016, data em que a esta sociedade foi instruída pelo Estado para dotar a MPN dos meios financeiros para proceder ao seu saneamento financeiro (amortização total de dívida bancária e de dívida comercial em atraso) e fazer face a défices de exploração futuros. Os contratos dos suprimentos foram sendo prorrogados e os respetivos juros pagos até ao final de 2017. Após essa data, em virtude do processo de extinção da Parque EXPO e da sucessão da posição contratual para a DGTF, não foi ainda possível clarificar os termos deste financiamento. Ainda assim, de forma prudencial, tem vindo a ser reconhecidos anualmente, desde 2018, gastos com financiamento que correspondem a 2,0 milhões de Euros no passivo corrente. Não obstante, atenta a condição de a MPN apresentar **capitais próprios negativos de 11,9 milhões de Euros**, e em conformidade com as instruções transmitidas pela DGTF, foi preparada uma operação harmónio que visa reestruturar o capital próprio da sociedade, tendo subjacente a transformação dos suprimentos em capital social e prestações acessórias. Todavia, ainda não foi possível ao acionista maioritário reunir as condições necessárias para deliberar sobre o assunto.

IV. Outras informações relevantes

A MPN não detém quaisquer ações próprias, nem foram concedidas quaisquer autorizações para a realização de negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não existem quaisquer sucursais da MPN.

Tendo presente o disposto na alínea b) do nº 5 do artº 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o CA informa não ter conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2021 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em reunião do CA realizada em 29 de abril de 2022.

V. Agradecimentos

Tal como temos vindo a afirmar, os resultados alcançados por uma sociedade resultam da conjugação de um complexo de condições, de diferentes naturezas. Neste contexto, e pelo seu valioso contributo para o desempenho da sociedade, o CA expressa o seu profundo agradecimento às colaboradoras e colaboradores da MPN, pelo empenho, dedicação, competência e resiliência que demonstraram e que emprestam ao exercício das suas funções.

Da mesma forma, o CA expressa o seu agradecimento aos Órgãos Sociais pela disponibilidade demonstrada. Tendo presente a natureza e especificidade das suas funções, cumpre destacar o ROC/Fiscal Único, cujo profissionalismo, rigor, acompanhamento próximo e forma construtiva como desempenhou as suas funções, contribuíram certamente para o bom governo da sociedade.

O CA agradece igualmente à DGTF, na qualidade de representante do principal acionista da sociedade, pela confiança demonstrada. A MPN contou ainda com a colaboração do Ministério do Ambiente e da Transição Energética (através do Gabinete do Secretário de Estado da Mobilidade), e do Ministério das Finanças (através do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro), cuja disponibilidade e apoio muito se agradece.

Finalmente, uma palavra de público agradecimento a todos os clientes e entidades parceiras pela confiança que depositaram na MPN.

A todas e a todos, muito OBRIGADO!

VI. Proposta de Aplicação de Resultados

As demonstrações financeiras relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2021 evidenciam um resultado líquido negativo de 1 016 735,64 Euros.

Nos termos previstos na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do CSC, o CA propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2021 seja mantido em resultados transitados.

Lisboa, 29 de abril de 2022

O Conselho de Administração



André Filipe Fernandes



Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus

VII. Cumprimento das Orientações Legais

As instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021, constantes do Ofício SAI_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022 da DGTF, estabelecem que o Relatório de Gestão deve integrar um capítulo autonomizado relativo ao cumprimento das orientações legais, pelo que se procede no presente capítulo à referida divulgação.

1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

Através do Despacho n.º 395/2020-SET, de 27 de julho de 2020, a DGTF remeteu às Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) as instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) onde foram explicitadas as orientações vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE) que os Planos de Atividades e Orçamentos (PAO) deveriam respeitar, nomeadamente:

- i) A adoção de estratégias de maximização das receitas mercantis;
- ii) A manutenção de políticas de redução de custos;
- iii) O cumprimento das normas relativas ao programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços e à redução do volume dos "pagamentos em atraso";
- iv) A adoção de estratégias de redução do endividamento e dos encargos financeiros associados;
- v) Prosseguir a política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, tendente a adequá-los às efetivas necessidades de uma organização eficiente.

Como princípios financeiros de referência para 2021, as projeções económico-financeiras deveriam contemplar medidas de otimização de desempenho, procurando obter ganhos de produtividade, que se traduzissem em resultados líquidos positivos, tendo em conta as seguintes indicações:

- Garantir em 2021 que o rácio dos gastos operacionais sobre o VN fosse igual ou inferior ao verificado em 2019;
- Em 2021, deveriam ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 ou os executados em 2019 os seguintes gastos:
 - Com pessoal;
 - Conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel;
 - Conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Adicionalmente, em matéria de recursos humanos, foi observado que as empresas do SEE deveriam prosseguir uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente. Assim, foi estabelecido que um aumento do número de trabalhadores só poderia ocorrer, desde que expressamente autorizados no ato de aprovação do PAO.

Por último, relativamente ao endividamento, a orientação foi de que os IPG deveriam refletir, preferencialmente, uma política de redução do endividamento das empresas públicas, ficando o mesmo, em caso de crescimento, limitado a 2%.

Dando cumprimento ao n.º 6 do artigo 39.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), o CA da MPN aprovou em reunião realizada no dia 30 de setembro de 2020 uma proposta de PAO para o período 2021-2023. Essa proposta de PAO suportou, simultaneamente, o projeto de orçamento, no âmbito dos trabalhos de preparação do OE para 2021, solicitado pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), através da Circular Série A n.º 1399, datada de 31 de julho de 2020.

Na sequência da opinião favorável por parte da UTAM expressa no Relatório de Análise n.º 233/2021, de 23 de setembro da UTAM, o SET deu parecer favorável (Despacho n.º 829/2021, de 23 de setembro) para que o PAO pudesse ser aprovado

em AG de Acionistas, realizada em 02 de novembro de 2021, sendo a sociedade autorizada a fazer uso das seguintes exceções: (i) contratação de cinco trabalhadores para afetar aos serviços operacionais, na condição de tais contratações se refletirem na redução de igual número dos prestadores de serviços; (ii) O aumento dos gastos com pessoal em 77,6 milhares de Euros, aumento que deverá ser acompanhado de uma redução de 91,4 milhares de Euros nos FSE.

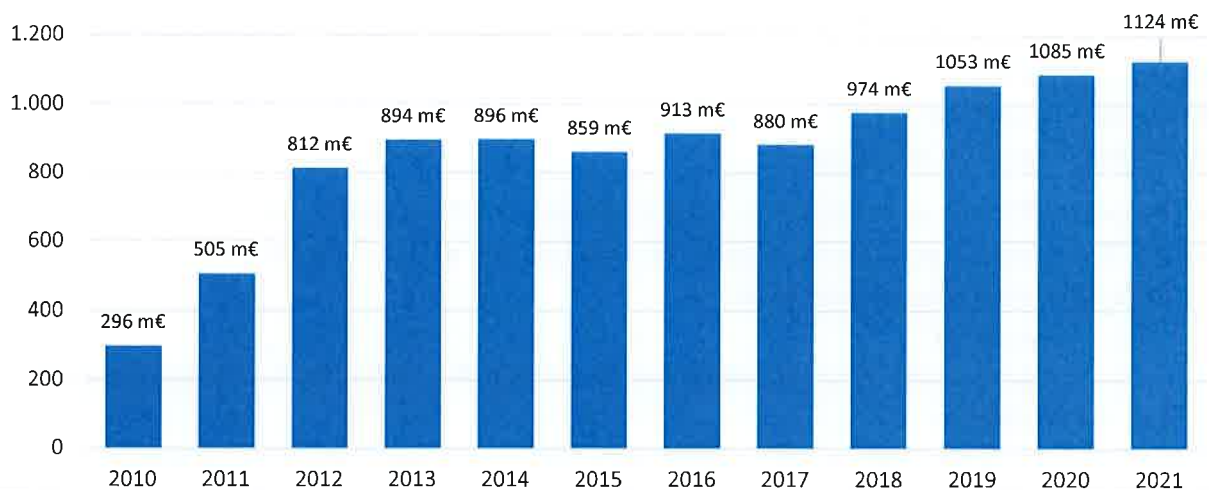
A MPN norteou a sua atividade com vista a tentar cumprir as orientações supramencionadas, estabelecidas pelo principal acionista.

A aferição do grau de cumprimento relativamente às orientações relacionadas com as matérias de redução/otimização de gastos operacionais, endividamento, prazo médio de pagamentos e ajustamento de recursos humanos, são abordadas em pontos subsequentes deste capítulo. Neste ponto é dado enfoque à questão da maximização das receitas mercantis e ao grau de execução do orçamento na ótica da receita e despesa pública aprovado no âmbito do OE para 2021.

Maximização de receitas

Apesar de, em termos de VN, não ter conseguido atingir a meta orçamental (1 194 milhares de Euros), em 2021 a MPN voltou a atingir o seu melhor resultado de sempre, com 1 124 milhares de Euros, que correspondeu a um crescimento de 3,6% e 6,7% face a 2020 e 2019 respetivamente.

Evolução do volume de negócios desde a Reoperacionalização da Marina



Para tal contribuiu o aumento da procura verificada ao longo de 2021 de embarcações de recreio nacionais e internacionais, assim como de embarcações afetas às atividades marítimo-turísticas, o que proporcionou um aumento de 10,8% dos rendimentos associados à atividade náutica (estadias no porto de recreio, terraplano e serviços de apoio), compensando a redução de -5,7%, face a 2020, verificada na componente imobiliária (Edifício Nau e Parque de Estacionamento), fruto da cessação de um contrato de arrendamento e da redução da procura do Parque de Estacionamento.

Numa perspetiva de tesouraria, 2021 correspondeu a um regresso à tendência ascendente das receitas cobradas, com um crescimento de 20,0% e 9,5% face a 2020 e 2019 respetivamente. Apresenta-se seguidamente a evolução das receitas próprias correntes cobradas desde que a MPN passou a constar da lista de entidades da Administração Central que integram o perímetro das Administrações Públicas para efeitos do OE e a reportar os dados da sua execução orçamental à DGO.

Evolução das receitas próprias correntes cobradas

Grau de execução do Orçamento para 2021 da MPN

A proposta de orçamento carregada no SIGO/SOE da DGO refletiu a previsão de receita e despesa constante na versão aprovada do PAO para 2021, atento o calendário dos trabalhos para a preparação do OE. As previsões de receita e dotações iniciais de despesa da MPN, que constam na versão aprovada do OE para 2021, não sofreram alteração face à proposta submetida pela MPN em setembro de 2020.

Apresenta-se o quadro síntese de receitas e despesas na ótica da contabilidade orçamental que evidencia o grau de execução do orçamento da MPN:

Orçamento de Receita 2021

Classificação económica	Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Receita liquidadas	Receitas anuladas	Receitas cobradas totais	Receita por cobrar no final do período	Desvio e Grau de execução face à previsão inicial		Desvio e Grau de execução face à previsão corrigida		
	[1]	[2]			[3]		[4] = [3] - [1]	[3] / [1]	[5] = [3] - [2]	[3]/[2]	
FF.513 - Receita própria do ano com outras origens											
07	Venda de bens e serviços correntes	1.199.035	1.190.035	1.215.213	133.447	1.133.038	445.866	-65.997	94%	-56.997	95%
07 01	Venda de bens	65.373	14.399	16.323	688	14.399	1.233	-50.974	22%	0	100%
07 02	Serviços	979.162	1.021.136	1.073.241	56.931	1.017.136	203.776	37.974	104%	-4.000	100%
07 03	Rendas	154.500	154.500	125.648	75.828	101.503	240.856	-52.997	66%	-52.997	66%
08	Outras receitas correntes	0	9.000	9.003	1.017	7.965	150	7.965	---	-1.035	88%
08 01	Outras	0	9.000	9.003	1.017	7.965	150	7.965	---	-1.035	88%
16	Saldo da gerência anterior	1.038.215	0	0	0	0	0	-1.038.215	0%	0	---
16 01	Saldo orçamental	1.038.215	0	0	0	0	0	-1.038.215	0%	0	---
Subtotal de receita FF513		2.237.250	1.199.035	1.224.215	134.465	1.141.003	446.016	-1.096.247	51%	-58.032	95%
FF.522 - Saldos de receitas próprias transitados com outras origens											
16	Saldo da gerência anterior	0	2.829.735	2.829.734	0	2.829.734	0	2.829.734	---	-1	100%
16 01	Saldo orçamental	0	2.829.735	2.829.734	0	2.829.734	0	2.829.734	---	-1	100%
Subtotal de receita FF522		0	2.829.735	2.829.734	0	2.829.734	0	2.829.734	---	-1	100%
Total de receita		2.237.250	4.028.770	4.053.950	134.465	3.970.737	446.016	1.733.487	177%	-58.033	99%

Orçamento de Despesa 2021

Classificação económica	Dotações	Dotações	Compromissos	Despesas	Dotação não	Compromissos	Desvio e Grau de	Desvio e Grau de				
	iniciais	corrigidas	assumidos	pagas totais	comprometida	por pagar no final do período	execução face à dotação inicial	execução face à dotações corrigidas	[7] = [4] - [1]	[4] / [1]	[8] = [4] - [2]	[4] / [2]
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5] = [2] - [3]	[6] = [3] - [4]						
FF.513 - Receita própria do ano com outras origens												
01 Despesas com o pessoal	427.666	352.559	352.551	342.021	8	10.530	-85.645	80%	-10.538	97%		
01.01 Remunerações certas e permanentes	332.647	268.034	268.029	261.971	5	6.059	-70.676	79%	-6.063	98%		
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	8.550	10.131	10.130	10.037	1	94	1.487	117%	-94	99%		
01.03 Segurança Social	86.469	74.394	74.391	70.013	3	4.378	-16.456	81%	-4.381	94%		
02 Aquisição de bens e serviços	984.303	734.613	734.597	679.170	16	55.427	-305.133	69%	-55.443	92%		
02.01 Aquisição de bens	70.923	28.449	28.444	27.995	5	449	-42.928	39%	-454	98%		
02.02 Aquisição de serviços	913.380	706.164	706.152	651.174	12	54.978	-262.206	71%	-54.990	92%		
06 Outras despesas correntes	171.851	111.863	110.410	110.410	1.453	0	-61.441	64%	-1.453	99%		
06.02 Diversas	171.851	111.863	110.410	110.410	1.453	0	-61.441	64%	-1.453	99%		
07 Aquisição de bens de capital	653.430	0	0	0	0	0	-653.430	0%	0	—		
07.01 Investimentos	653.430	0	0	0	0	0	-653.430	0%	0	—		
Subtotal de receita FF513	2.237.250	1.199.035	1.197.558	1.131.601	1.477	65.957	-1.105.649	51%	-67.434	94%		
FF.522 - Saldos de receitas próprias transitados com outras origens												
02 Aquisição de bens e serviços	0	180.000	179.998	179.998	2	0	179.998	—	-2	100%		
02.02 Aquisição de serviços	0	180.000	179.998	179.998	2	0	2	—	-2	100%		
09 Ativos financeiros	0	2.500.000	2.500.000	2.500.000	0	0	2.500.000	—	0	100%		
09.02 Títulos a curto prazo	0	2.500.000	2.500.000	2.500.000	0	0	2.500.000	—	0	100%		
Subtotal de receita FF522	0	2.680.000	2.679.998	2.679.998	2	0	2.679.998	—	-2	100%		
Total de despesa	2.237.250	3.879.035	3.877.556	3.811.599	1.479	65.957	1.574.349	170%	-67.436	98%		
Resumo Global (FF.513+FF.522)												
01 Despesas com o pessoal	427.666	352.559	352.551	342.021	8	10.530	-85.645	80%	-10.538	97%		
02 Aquisição de bens e serviços	984.303	914.613	914.595	859.168	18	55.427	-125.135	87%	-55.445	94%		
06 Outras despesas correntes	171.851	111.863	110.410	110.410	1.453	0	-61.441	64%	-1.453	99%		
07 Aquisição de bens de capital	653.430	0	0	0	0	0	-653.430	0%	0	—		
09 Ativos financeiros	0	2.500.000	2.500.000	2.500.000	0	0	2.500.000	—	0	100%		
	2.237.250	3.879.035	3.877.556	3.811.599	1.479	65.957	1.574.349	170%	-67.436	98%		

Dos dados apresentados, salienta-se os seguintes aspetos:

- O orçamento inicial previa uma dotação global de despesa de 2 237 milhares de Euros, cabendo 1 583 milhares de Euros à componente da exploração operacional (despesa corrente 71%) e 653 milhares de Euros à componente de investimento (despesa de capital 29%). Essa despesa foi orçamentada tendo subjacente duas fontes de financiamento: receitas próprias a cobrar em 2021 (1 199 milhares de Euros) e saldo transitado de receitas próprias (1 038 milhares de Euros), refletindo uma distribuição 54% - 46%, respetivamente.
- As receitas próprias cobradas em 2021 ascenderam a 1 141 milhares de Euros, correspondendo a um grau de execução de 95% da previsão inicial de receitas próprias.
- As despesas pagas em 2021 ascenderam a 1 312 milhares de Euros, a que correspondeu um grau de execução de 83% relativamente à despesa corrente. Dado que não foram realizadas as despesas de investimento, o grau de execução baixa para 51% considerando a despesa efetiva (corrente + capital).
- A receita cobrada conseguiu financiar 87% do total de despesa efetiva, tendo-se obtido autorização para utilizar 180 mil Euros de saldo orçamental transitado para financiar despesa corrente.
- Para além da utilização de saldo transitado mencionada, a MPN utilizou ainda esse saldo para incorrer numa despesa não efetiva, em ativos financeiros, por via da constituição de um CEDIC no montante de 2 500 milhares de Euros.

Fruto dessa operação, a MPN transitou para 2022 com um saldo orçamental da ordem dos 159 milhares de Euros. Todavia, a esse valor será adicionado a receita não efetiva que decorre do reembolso do CEDIC logo no início do ano.

2. Gestão do Risco Financeiro

No âmbito do processo de liquidação do anterior acionista maioritário (Parque EXPO), a MPN foi dotada, por via de suprimentos, dos meios financeiros necessários para proceder ao seu saneamento financeiro, nomeadamente: (i) amortização total do financiamento bancário; (ii) regularização de dívidas operacionais vencidas; (iii) excedente de tesouraria para fazer face a défices de exploração futuros e a eventuais obrigações contingentes.

Pelo explicitado acima, a partir de 2016, a MPN passou a ter exclusivamente como instrumento de financiamento os suprimentos realizados pelo acionista maioritário.

Os contratos de suprimentos foram originalmente celebrados com a Parque EXPO e foram sendo objeto de sucessivas renovações até a 31 de dezembro de 2017, data em que as renovações cessaram. De acordo com os termos definidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 67/2018, de 18 de agosto, o Estado, através da DGTF, sucedeu à Parque EXPO em todas as relações jurídicas contratuais que esta integrava à data da sua extinção, pelo que a DGTF passou a ser acionista da MPN e simultaneamente contraparte dos contratos de suprimento. No decurso de 2018 a 2021, os contratos não foram renovados, razão pela qual não ocorreu qualquer pagamento de juros.

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	0	0	0	0	512.899
Taxa Média de Financiamento (%)	0%	0%	0%	0%	2,0%

3. Limite de Crescimento do Endividamento

Conforme referido anteriormente, o financiamento remunerado da MPN é composto exclusivamente pelos suprimentos realizados pelo acionista maioritário, cujo valor não sofre alteração desde o final de 2016.

Passivo Remunerado	2021	2020	Variação 21/20	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	25.043.486	25.043.486	0	0,0%
Capital Social/Capital Estatutário	0	0	0	n.a.
Novos investimentos em 2021 (com expressão material)	0	0	0	n.a.

4. Prazo Médio de Pagamento

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 13 de abril, apresenta-se a informação sobre o prazo médio de pagamento a fornecedores verificado em 2021, a qual traduz uma diminuição de 7 dias relativamente ao verificado em 2020, mantendo-se abaixo dos 30 dias, pelo que o cumprimento do objetivo foi assegurado.

PMP	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	21	28	-7	-25,6%

Divulgação de atrasos nos pagamentos (“arrears”)

No final de 2021 existia uma dívida vencida no montante de 4 422 Euros. Todavia, o motivo desse atraso não é da responsabilidade da MPN, estando em causa uma situação de incumprimento da prestação de serviços por parte do fornecedor, tendo a MPN retido o pagamento até à resolução da situação. O pagamento foi, entretanto, efetuado em fevereiro de 2022.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	782	0	0	4.422	0	
Aq. de Capital	0	0	0	0	0	
Total	782	0	0	4.422	0	

5. Resultados Obtidos Face às Recomendações do Acionista

Nas AG de 31 de julho e de 01 de novembro de 2021, o acionista maioritário (Estado) deliberou sobre diversos assuntos, tendo expressado as seguintes recomendações:

Assunto: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas de 2020.

Deliberação e recomendação: O acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020, atentas as incertezas sobre a continuidade e as ênfases expressas na Certificação Legal de Contas, recomendando ao CA que diligencie no sentido de:

- Produzir e publicar os Relatórios Anuais sobre Prevenção da Corrupção, conforme previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, referentes aos exercícios de 2018, 2019 e 2020;
- Dar cumprimento do preceituado no OE2020 bem como na alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO em vigor no que concerne à manutenção ou redução dos gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, tendo o cuidado de orçamentar todos os valores nas rubricas correspondentes;
- Implementar o sistema de controlo interno previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Corporizar a aplicação da NCP 27 através da implementação de um sistema de Contabilidade de Gestão;
- Prosseguir os esforços de contratação de seguros que garantam a cobertura suficiente relativos aos riscos que se encontram expostos o Porto de Recreio e o Edifício Nau;

Iniciativas levadas a cabo:

- O CA da MPN aprovou, em 29 de dezembro de 2021, a “Política de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflito de Interesses” (<https://marinaparquedasnacoes.pt/wp-content/uploads/2021/12/Política-de-Prevencao-de-Riscos-de-Corruptcao-e-Infracoes-Conexas-e-de-Conflito-de-Interesses.pdf>). Relativamente aos Relatórios Anuais sobre Prevenção da corrupção respeitantes aos exercícios de 2018, 2019 e 2020, dada a exiguidade de meios da sociedade não foi possível assegurar a sua produção. Não obstante, não foram registadas ocorrências neste período.

- b) Pese embora a MPN tenha sido autorizada, nos termos do despacho de aprovação do PAO 2021, a aumentar os gastos com pessoal em 2021 por via da contratação de cinco trabalhadores para afetar aos serviços operacionais, não se tendo ainda verificado essas admissões, o aumento de gastos com pessoal verificado em 2021 (2 950 Euros) traduz-se no não cumprimento da recomendação de manutenção ou redução dos gastos com pessoal. Não se tendo verificado aumentos salariais em 2021, o aumento de gastos com pessoal é essencialmente imputável à ocorrência de facto não recorrente, que foi a realização de duas assembleias gerais (ambas com segundas sessões), para além da ordinária, com o intuito de deliberar sobre a operação harmónio (3,4 mil Euros).
- c) Com vista a assegurar a implementação de um sistema de controlo interno o CA aprovou em dezembro de 2021, com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2022, uma Ordem de Serviço (OS.01/2021) que estabelece os princípios, normas e procedimentos a observar na assunção de responsabilidades que representam, ou possam vir a representar, uma despesa para a empresa, bem como a definição de níveis de delegação de competências para a sua realização.
- d) Dada a exiguidade de meios da sociedade, ainda não foi possível assegurar a aplicação da NCP 27 através da implementação de um sistema de Contabilidade de Gestão.
- e) Em julho de 2021 foi entregue à MPN o Relatório Técnico (Memória Descritiva e Justificativa) da avaliação patrimonial para efeitos de seguro, desenvolvido por empresa especializada. Com base no resultado deste trabalho, foi realizada uma consulta ao mercado tendo em vista a obtenção de propostas de cobertura de seguro. Em virtude do valor do prémio comercial anual para cobertura integral das instalações da MPN com seguro multirrisco (de uma ordem de grandeza não comportável para o orçamento da sociedade, pressupondo um forte agravamento da sua situação deficitária), e atentas as exclusões contratuais apresentadas, em agosto de 2021 foi colocado à consideração da Tutela a manutenção da opção que vigorou desde a reoperacionalização da MPN. I.e., a toma exclusiva de seguro multirriscos comerciais e industriais para o Edifício Nau (capital seguro de 2.500.000,00 Euros), continuando os riscos a que os demais equipamentos/infraestruturas se encontram sujeitos a ser assumidos pela sociedade/acionistas. Até ao momento não foi comunicada à MPN a posição da Tutela sobre o assunto, pelo que se continua a aguardar.

Assunto: Deliberar sobre o RGS do exercício de 2020.

Deliberação e recomendação: O acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do RGS 2020, recomendando ao CA que proceda à elaboração e implementação de um plano referente à Política de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflitos de Interesse, no qual deverão ser estabelecidas as regras e procedimentos referentes à comunicação de eventuais irregularidades, com brevidade, em vista de poder referir-se ao mesmo já no RGS 2021;

Iniciativa levada a cabo: No ponto 10 deste capítulo consta informação relativa ao cumprimento desta recomendação.

Assunto: Informar sobre a operação harmónio que se encontra desenhada, a propor em próxima AG subsequentemente à alteração dos Estatutos, enquanto medida destinada a fazer face à perda do capital social.

Deliberação e recomendação: O acionista Estado votou favoravelmente a proposta do CA no sentido de se atribuir novo mandato ao CA para proceder à convocação de uma AG no sentido de proceder à realização de operação harmónio, em estreita articulação com o Fiscal Único, enquanto medida destinada a fazer face à perda do capital social.

Iniciativa levada a cabo: Foram realizadas duas AG, nas quais foi apresentada proposta de alteração de Estatutos da Sociedade com vista a enquadrar a concretização da operação harmónio, não tendo sido possível ao acionista maioritário reunir as condições necessárias para deliberar sobre este assunto.

6. Remunerações

6.1 Órgãos sociais

6.1.1 Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2018-2020	Presidente	Dino Jorge Ramos dos Santos	500,00	500,00
2018-2020	Secretário	Paula Maria Marques Serralheiro da Costa Agostinho	350,00	350,00
				850,00

6.1.2 Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2018-2020	Presidente	André Filipe Fernandes	AG	27-04-2018	N	-	D	1
2018-2020	Vogal Não Executivo	Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	AG	21-11-2018	N	-	D	1
2018-2020	Vogal Não Executivo	António José Teixeira Souta (*)	AG	27-04-2018	N	-	D	1

(*) Cessou funções em 20-11-2018

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
André Filipe Fernandes	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa	Professor Auxiliar Convocado ¹	Público
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	Junta de Freguesia dos Olivais	Presidente	Público
	Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros	Técnica Superior (Direção de Estratégia e Prospetiva) ²	Público
	Câmara Municipal de Loures	Diretora do Departamento de Planeamento Financeiro e Aprovisionamento ³	Público

¹ Função exercida até julho de 2018, autorizada por Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza.

² Função exercida entre 01 de outubro de 2020 e 30 de outubro de 2021.

³ Função exercida desde 01 de novembro de 2021.

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
André Filipe Fernandes	S	C	4.578,20	1.831,28
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	S	C	915,64	0,00

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
André Filipe Fernandes	86.070,16	0,00	86.070,16	4.303,46	81.766,70
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	12.818,96	0,00	12.818,96	640,92	12.178,04
			98.889,12	4.944,38	93.944,74

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
André Filipe Fernandes	7,35	1.712,55	SEG. SOCIAL	19.419,59	981,30	1.091,90	NA	0,00
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	NA	0,00	SEG. SOCIAL	2.892,28	0,00	0,00	NA	0,00
		1.712,55		22.311,87	981,30	1.091,90		0,00

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura [€]	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal [€]	Gasto Anual com Rendas [€]	Prestações Contratuais Remanescentes
André Filipe Fernandes	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00	NA
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00	NA

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
André Filipe Fernandes	19,05	0,00	0,00	---	0,00	19,05
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	0,00	0,00	0,00	---	0,00	0,00
						19,05

Não atribuição de prémios de gestão

Não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do órgão de gestão da MPN no ano de 2021.

6.1.3 Fiscal Único / Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2018 -2020	Fiscal Único Efetivo	Pontes, Baptista & Associados, Lda representada por Luís Fernando da Costa Baptista	209	20161505	AG	27-04-2018	08-01-2019	---	3
2018 -2020	Fiscal Único Suplente	Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes	1180	20160792	AG	27-04-2018	---	---	3

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Pontes, Baptista & Associados, Lda representada por Luís Fernando da Costa Baptista	9.600,00	0,00	9.600,00	---	0,00	0,00	0,00

7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Nos termos do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), os membros do CA não utilizam cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento na realização de despesas ao serviço da sociedade, não tendo por isso sido reembolsado de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas pessoais.

Da aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP apresentam-se ainda os gastos associados a comunicações e a viaturas:

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
André Filipe Fernandes	80,00	0,00	---
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	0,00	0,00	---
		0,00	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
André Filipe Fernandes	457,82	0,00	0,00	0,00	---
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	0,00	0,00	0,00	0,00	---
				0,00	

8. Despesas não documentadas

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11º do EGP não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Relatório Sobre Remunerações por Género

Nos termos do n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, foi elaborado o relatório sobre remunerações por género, com base nos dados das colaboradoras e colaboradores em funções a 31 de dezembro de 2018. Ainda de acordo com estabelecido neste diploma, o relatório foi divulgado a todas as colaboradoras e colaboradores, estando o mesmo disponível no sítio da Internet da empresa (<https://marinaparquedasnações.pt/wp-content/uploads/2021/04/relatorio-sobre-remuneracoes-por-genero.pdf>).

10. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e infrações Conexas

O CA da MPN aprovou, em 29 de dezembro de 2021, a "Política de Prevenção de Risos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflito de Interesses" (<https://marinaparquedasnações.pt/wp-content/uploads/2021/12/Politica-de-Prevencao-de-Riscos-de-Corruptao-e-Infracoes-Conexas-e-de-Conflito-de-Interesses.pdf>). Este documento estabelece a posição da MPN

em relação à fraude, assim como os procedimentos a serem seguidos relativamente a este tema. Apresenta ainda uma matriz com os riscos associados às diferentes situações identificadas nos diferentes processos e áreas da sociedade, e que são graduados em função da probabilidade de ocorrência e do impacto previsível. Acresce que a Ordem de Serviço n.º OS.01/2021 estabelece procedimentos que visam minimizar riscos operacionais, de fraude e más práticas.

11. Contratação Pública

Por se encontrar em regime concorrencial, a MPN não se encontra abrangida pelas normas de contratação pública nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 2, al. a), i) – Entidades Adjudicantes do Código dos Contratos Públicos. Não obstante, a sociedade aplica um conjunto de boas práticas ao nível da aquisição de bens e serviços que envolve a consulta a vários fornecedores, sendo que, em condições de igualdade das propostas apresentadas, opta-se em regra pela proposta economicamente mais vantajosa.

Em 2021 foi aprovada pelo CA a Ordem de Serviço n.º OS.01/2021, que estabelece os princípios, normas e procedimentos a observar na assunção de responsabilidades que representam, ou podem vir a representar, uma despesa para sociedade, bem como a definição de níveis de delegação de competências para a sua realização.

Importa ainda referir que em 2021 não existiram atos nem foram celebrados contratos com valor superior a 5 milhões de Euros.

12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado

A empresa não aderiu ao sistema nacional de compras públicas.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Nos termos do art.º 158.º do DLEO 2019, a MPN deveria apresentar um rácio dos gastos operacionais sobre o VN igual ou inferior ao verificado em 2020. Esta orientação não foi atingida (2020 – 102,2% / 2021 – 104,9%). Apesar do VN ter aumentado 3,6% face a 2020, esse crescimento não foi suficiente para compensar o aumento dos gastos operacionais, o que ficou a dever-se, essencialmente, à ocorrência de alguns factos não recorrentes: (i) contratação de serviço de avaliação patrimonial do estabelecimento da concessão para efeitos de seguro (22,6 mil Euros), na sequência de recomendação do acionista maioritário no sentido da prossecução dos esforços de contratação de seguros que garantam a cobertura suficiente dos riscos a que se encontra exposto o estabelecimento da concessão; (ii) contratação de serviços jurídicos com vista à atualização de parecer sobre a não qualificação da MPN como organismo de Direito Público (10 mil Euros); (iii) realização de duas assembleias gerais (ambas com segundas sessões), para além da ordinária, com o intuito de deliberar sobre a operação harmónio (3,4 mil Euros).

Ainda nos termos do art.º 158.º do DLEO 2019, as empresas do SPE deveriam assegurar que seriam iguais ou inferiores aos montantes registados em 2020, os seguintes gastos operacionais: (i) com pessoal; (ii) encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, para além dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (que são abordados no ponto seguinte).

Em matéria de gastos com pessoal, conforme exposto anteriormente, verificou-se um aumento da ordem dos 3 mil Euros, decorrente essencialmente de um maior número de Assembleias Gerais e o conseqüente incremento de gastos com senhas de presença.

Em relação à evolução dos diferentes gastos referida no ponto (ii) do parágrafo anterior, é de referir que os gastos ocorridos em 2021 são globalmente superiores aos ocorridos em 2020 mas inferiores aos de 2019. Este acréscimo ocorrido em 2021 face a 2020 decorre exclusivamente dos encargos verificados em 2021 com o acondicionamento da viatura de serviço da sociedade.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-96.287	-81.680	-96.350	-86.704	63	0%	-9.583	-11%
(1) CMVMC	6.990	47.208	4.804	6.124	2.194	46%	874	14%
(2) FSE	835.006	740.219	792.377	749.669	42.629	5%	85.336	11%
(3) Gastos com o pessoal	341.362	438.573	338.412	295.913	2.950	1%	45.449	15%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
(ii) Valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
(iii) Impacto da aplicação dos IRCT	0	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i, ii e iii)	341.362	438.573	338.412	295.913	2.950	1%	45.449	15%
(5) Impactos da pandemia por Covid 19 nos Gastos Operacionais ^{a)}	4.857	0	6.153	0	-1.295	-21%	4.857	n.a.
(6) Gastos operacionais para efeitos de apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	1.178.509	1.226.000	1.129.441	1.051.708	49.068	4%	126.803	12%
(7) Volume de negócios (VN)	1.123.583	1.193.852	1.084.762	1.052.840	38.821	4%	70.743	7%
Subsídios à exploração	0	0	3.690	0	-3.690	-100%	0	n.a.
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por Covid 19 ^{a)}	0	0	20.086	0	-20.086	-100%	0	n.a.
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	1.123.583	1.193.852	1.104.848	1.052.840	18.735	2%	70.743	7%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	104,9%	102,7%	102,2%	99,9%	2,7 p.p.	3%	5,0 p.p.	5%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	722	60	134	1.119	588	440%	-397	-35%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	0	0	0	20	0	n.a.	-20	-100%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	7.940	9.061	7.430	9.048	510	7%	-1.108	-12%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	8.662	9.121	7.564	10.187	1.098	15%	6.466	589%
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	47.195	5.306	6.175	6.450	41.020	664%	40.745	632%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	11,0	16,0	11,0	10,3	0,0	0%	0,7	6%
N.º Órgãos Sociais (OS)	5,0	5,0	5,0	5,0	0,0	0%	0,0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.	0,0	n.a.
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	6,0	11,0	6,0	5,3	0,0	0%	0,7	13%
N.º Trabalhadores/N.º CD	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
N.º de viaturas	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0%	0,0	0%

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável).

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneus/óleos, taxas e impostos.

Nota: A apresentação em formato decimal do n.º de trabalhadores e do n.º de viaturas resulta da ponderação do fator tempo (n.º de meses no ano).

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Por não deter no seu quadro de pessoal as competências técnicas para assegurar um conjunto de obrigações legais e para dar resposta a recomendações do acionista maioritário e da Tutela, no decurso de 2021, a MPN teve necessidade de recorrer, não só, a novas contratações de serviços de estudos, pareceres, projetos e consultoria enquadráveis no disposto do artigo 49.º do DLEO 2019, bem como manter a prestação de serviços anteriormente contratados. No quadro seguinte são apresentados os valores envolvidos, o âmbito dos serviços e a justificação da necessidade.

Serviços relativos a estudos, pareceres, projetos e consultoria	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	Justificação da necessidade da contratação
Avaliação patrimonial do estabelecimento da concessão para efeitos de seguro	22.600			Na sequência de recomendação do acionista maioritário
Parecer sobre a não qualificação da MPN como organismo de Direito Público	10.000			Na sequência de recomendação da Tutela
Serviços de Apoio ao Processo de Inspeção Quinquenal ao Posto de Combustível	1.670			Cumprimento de obrigação legal
Serviço DPO	2.000			Cumprimento de obrigação legal
Assessoria jurídica	3.900	3.900	3.900	Ausência de jurista no quadro de pessoal
Serviços de Implementação do RGPD	4.225	2.275	0	Cumprimento de obrigação legal
Projeto de Estruturas e Instalações Técnicas	2.800		2.400	Cumprimento de regras de licenciamento
Consultoria para Elaboração e Submissão do MIRR			150	Cumprimento de obrigação legal
Total	47.195	6.175	6.450	

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do DLEO 2019, o IGCP proferiu despacho de autorização no sentido excepcionar a MPN do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, relativamente a garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados, razão pela qual a MPN ainda possui conta bancária em outra instituição bancária que não o IGCP.

No final de 2021, cerca de 99,99% das disponibilidades da MPN encontravam-se centralizadas no IGCP conforme evidenciado nas tabelas seguinte:

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	2.853.715	2.690.825	2.715.396	194.129
Aplicações financeiras	0	0	0	2.500.000
Total	2.853.715	2.690.825	2.715.396	2.694.129

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Millenium BCP	364	214	142	135
Total	364	214	142	135
Juros auferidos**	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

16. Auditorias do Tribunal de Contas

Não houve nenhuma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas à empresa nos últimos 3 anos.

17. Plano para a Igualdade – Elaboração e Divulgação

Em conformidade com o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, a MPN procedeu à elaboração e divulgação do seu Plano para a Igualdade. Este documento encontra-se divulgado no site da empresa, em: https://marinaparquedasnacoes.pt/wp-content/uploads/2021/12/Plano-para-a-Igualdade_2022.pdf.

Ainda neste âmbito, a MPN procedeu à comunicação anual do mesmo às entidades competentes, designadamente à CIG e à CITE.

18. Demonstrações não financeiras

A MPN não se enquadra na obrigatoriedade constante do n.º 1 do artigo 66.º-B do CSC, pelo que não elabora demonstrações não financeiras.

19. Informação constante do Sítio do Setor Empresarial do Estado

A MPN cumpre os deveres de informação a que se encontra legalmente sujeita, designadamente através da disponibilização de informação junto do INE, Tribunal de Contas, IGF, DGTF e DGO, assim como através da disponibilização de informação no site da empresa.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.		
Caracterização da Empresa	N.A.		
Função de tutela e acionista	N.A.		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.		
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do C.A.	N.A.		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	N.A.		
Informação Financeira histórica e atual	N.A.		
Princípios de Bom Governo	N.A.		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
- Outras transações	N.A.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.		
Económico	N.A.		
Social	N.A.		
Ambiental	N.A.		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.		
- Código de ética	N.A.		

20. Sistematização da Informação quanto ao Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objectivos de Gestão			
Maximização de receitas	S	O VN cresceu 3,6% face a 2020. Correspondeu a 94,15% do orçamentado, sendo o seu melhor resultado de sempre.	Ponto VI. 1.
Metas a Atingir constantes no PAO 2021			
Princípios Financeiros de Referência	N	EBITDA negativo e o rácio Peso dos gastos oper./VN piorou	Ponto VI. 13.
Investimento	N/A		
Gastos com pessoal	N	Acréscimo de 2 950 Euros	Ponto VI. 13.
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	=	Grau de cumprimento: receita (95%); despesa (51%)	Ponto VI. 1.
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média de financiamento = 0%	Ponto VI. 2.
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Var. Endividamento = 0 €	Ponto VI. 3.
Evolução do PMP a fornecedores	S	Variação do PMP: - 7 dias e abaixo dos 30 dias	Ponto VI. 4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Total de "Arrears" em 31-dez: 4 442 €, mas os motivos dos atrasos não são responsabilidade da MPN	Ponto VI. 4.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Produzir e publicar os Relatórios Anuais sobre Prevenção da Corrupção de 2018, 2019 e 2020	N		Ponto VI. 5.
Manutenção ou redução de gastos com pessoal	N		
Implementar um sistema de controlo interno	S		
Implementar um sistema de contabilidade de gestão	N		
Contratação de seguros para o Porto de Recreio e Edifício Nau	S		
Remunerações			Ponto VI. 6.
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	S	Redução de 4,944,38 €	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	N/A		
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2019 (se aplicável)	N/A		
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			Ponto VI. 7.
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais (n.º 2 do artigo 16º do RJSP e artigo 11.º do EGP)			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ponto VI. 8.
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Ponto VI. 9.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S		Ponto VI. 10.
Contratação Pública			Ponto VI. 11.
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N/A		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N/A		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N/A		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	N/A		Ponto VI. 12.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N		Ponto VI. 13.
Contratação de estudos, pareceres, projectos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	S		Ponto VI. 14.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99,99% disponibilidades junto no IGCP em 31-dez	Ponto VI. 15.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Saldo em 31 de dezembro: 135 €	Ponto VI. 15.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Não foram auferidos juros	Ponto VI. 15.
Auditorias do Tribunal de Contas			
Recomendações	N/A		Ponto VI. 16.
Elaboração de Plano para a Igualdade conforme determina o art. 7.º da Lei 62/2007	S		Ponto VI. 17.
Apresentação de demonstração não financeira	N/A		Ponto VI. 18.

Handwritten signature



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

I. Balanço

Marina do Parque das Nações, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

		montantes expressos em Euros	
	Notas	31 Dez 2021	31 Dez 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.357,25	5.375,78
Ativos intangíveis	3	13.725.646,47	14.125.733,38
Outros ativos financeiros	18	700,63	400,03
		<u>13.729.704,35</u>	<u>14.131.509,19</u>
Ativo corrente			
Inventários	10	9.545,79	8.056,74
Clientes, contribuintes e utentes	18	159.055,31	188.889,76
Estado e outros entes públicos	23	20.156,21	14.838,97
Outros contas a receber	18	51.344,21	56.365,29
Diferimentos	23	11.217,86	6.381,42
Outros ativos financeiros	23	2.500.000,00	
Caixa e depósitos	18/23	194.549,75	2.859.734,47
		<u>2.945.869,13</u>	<u>3.134.266,65</u>
Total do ativo		<u>16.675.573,48</u>	<u>17.265.775,84</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		984.052,32	984.052,32
Outros instrumentos de capital próprio		1.557.584,08	1.557.584,08
Resultados transitados		(13.651.765,89)	(12.623.552,77)
Outras variações no Património Líquido	23	260.697,26	268.253,69
Resultado líquido do período		(1.016.735,64)	(1.026.019,31)
Total do Património Líquido		<u>(11.866.167,87)</u>	<u>(10.839.681,99)</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	23	75.686,25	77.880,06
Outras contas a pagar	18	35.411,31	30.000,00
		<u>111.097,56</u>	<u>107.880,06</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	18	48.227,33	52.987,27
Estado e outros entes públicos	23	15.422,86	16.653,15
Financiamentos obtidos	18	25.043.485,73	25.043.485,73
Outras contas a pagar	18	2.482.859,98	1.866.006,45
Diferimentos	23	840.647,89	1.018.445,17
		<u>28.430.643,79</u>	<u>27.997.577,77</u>
Total do passivo		<u>28.541.741,35</u>	<u>28.105.457,83</u>
Total do Património Líquido e do Passivo		<u>16.675.573,48</u>	<u>17.265.775,84</u>

O Contabilista Certificado



A Administração



II. Demonstração dos Resultados por Naturezas

Marina do Parque das Nações, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	montantes expressos em Euros	
		31 Dez 2021	31 Dez 2020
Vendas	13	12.752,73	10.619,54
Prestação de serviços	13	1.110.830,12	1.074.142,74
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	23		3.689,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(6.997,90)	(4.804,27)
Fornecimentos e serviços externos	23	(835.006,48)	(792.377,32)
Gastos com o pessoal	20/23	(341.361,90)	(338.412,12)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	(60.224,19)	(52.978,39)
Outros rendimentos e ganhos	23	31.499,84	10.853,05
Outros gastos e perdas	23	(7.779,25)	(7.083,12)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		(96.287,03)	(96.350,31)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	(414.163,88)	(421.815,73)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(510.450,91)	(518.166,04)
Juros e gastos similares suportados	23	(507.826,24)	(509.217,54)
Resultado antes de impostos		(1.018.277,15)	(1.027.383,58)
Imposto sobre o rendimento	23	1.541,51	1.364,27
Resultado líquido do período		(1.016.735,64)	(1.026.019,31)

O Contabilista Certificado

Francisco Nogueira

A Administração

[Signature] *[Signature]*

III. Demonstração das Alterações no Património Líquido

Marina do Parque das Nações, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA ENTIDADE-MÃE					Total	Total do Património Líquido
		Capital/Património subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2021	1	984.052,32	1.557.584,08	-12.623.552,77	268.253,69	-1.026.019,31	-10.839.681,99	-10.839.681,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				-1.028.213,12	-7.556,43	1.026.019,31	-9.750,24	-9.750,24
	2	0,00	0,00	-1.028.213,12	-7.556,43	1.026.019,31	-9.750,24	-9.750,24
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					-1.016.735,64	-1.016.735,64	-1.016.735,64
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					9.283,67	-1.026.485,88	-1.026.485,88
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2021	6=1+2+3+5	984.052,32	1.557.584,08	-13.651.765,89	260.697,26	-1.016.735,64	-11.866.167,87	-11.866.167,87

O Contabilista Certificado

Francisco Nogueira

A Administração

[Assinaturas]

IV. Demonstração de Fluxos de Caixa

Marina do Parque das Nações, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

montantes expressos em Euros

	Notas	Período	
		31 Dez 2021	31 Dez 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes	18	1.135.856,26	947.026,57
Pagamentos a Fornecedores	18	(882.081,44)	(812.036,93)
Pagamentos ao Pessoal	18	(319.403,07)	(301.704,89)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>(65.628,25)</u>	<u>(166.715,25)</u>
Outros recebimentos/pagamentos		<u>(99.556,47)</u>	<u>(115.757,38)</u>
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>		<u>(165.184,72)</u>	<u>(282.472,63)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>		<u>-</u>	<u>-</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(165.184,72)</u>	<u>(282.472,63)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>2.859.734,47</u>	<u>3.142.207,10</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	23	<u>2.694.549,75</u>	<u>2.859.734,47</u>
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>2.859.734,47</u>	<u>3.142.207,10</u>
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		<u>2.859.734,47</u>	<u>3.142.207,10</u>
De execução orçamental		<u>2.829.734,47</u>	<u>3.148.504,95</u>
De operações de tesouraria		<u>30.000,00</u>	<u>(6.297,85)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>2.694.549,75</u>	<u>2.859.734,47</u>
- Equivalentes a caixa no início do período	23	<u>(2.500.000,00)</u>	
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo para a gerência seguinte		<u>194.549,75</u>	<u>2.859.734,47</u>
De execução orçamental	18/23	<u>159.138,44</u>	<u>2.829.734,47</u>
De operações de tesouraria	18/23	<u>35.411,31</u>	<u>30.000,00</u>

O Contabilista Certificado

Francisco Nogueira

A Administração

[Assinaturas]

V. Anexo às Demonstrações Financeiras

1: Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1: Identificação da entidade e período de relato

A Marina do Parque das Nações – Sociedade Concessionária da Marina do Parque das Nações, S.A., inicialmente denominada de MARINAEXPO – Sociedade Concessionária da Marina Expo, S.A., foi constituída em 4 de junho de 1996, tendo por objeto a promoção da construção do porto de recreio, exploração e manutenção do estabelecimento da concessão e a sua sede no Edifício da Capitania, Passeio de Neptuno, 1990-193 Lisboa.

Códigos da classificação orgânica:

Orçamento de Atividades 151900700

Função de tutela:

Tutela financeira Ministério das Finanças

Tutela setorial Ministério do Ambiente e da Transição Energética

Atendendo à natureza da atividade desenvolvida pela Sociedade, a mesma encontra-se sujeita a um amplo conjunto de diplomas específicos, dos quais cumpre destacar:

- Decreto-lei n.º 93/2018, de 13 de novembro – aprova o novo Regime Jurídico da Náutica de Recreio;
- Portaria n.º 1464/2002, de 14 de novembro – aprova os equipamentos das embarcações de recreio no que diz respeito aos meios de salvação e de segurança, aos aparelhos e aos meios de radiocomunicações, aos instrumentos náuticos, ao material de navegação, às publicações náuticas e aos primeiros socorros;
- Decreto-lei n.º 18/2009, de 15 de janeiro – transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2008/67/CE, da Comissão, de 30 de junho, que altera a Diretiva n.º 96/98/CE, do Conselho, de 20 de dezembro, relativa aos equipamentos marítimos, transposta pelo Decreto-lei nº 167/99, de 18 de maio e pela Portaria nº 381/2000, de 28 de junho, quanto aos equipamentos marítimos a fabricar ou a comercializar no território nacional ou a instalar em embarcações nacionais;
- Decreto-lei n.º 393/85, de 09 de outubro – aprova o Regulamento de Segurança de Instalações Elétricas de Parques de Campismo e Marinas;
- Decreto-lei n.º 226ª/2007, de 31 de maio – estabelece o Regime da Utilização dos Recursos Hídricos;
- Decreto-lei n.º 165/2003, de 24 de julho – transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro, relativa aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga;
- Decreto-lei n.º 108/2009, de 15 de maio – estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos;
- Portaria n.º 1130-B/99, de 31 de dezembro – aprova o Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da EXPO'98;
- Contrato de Concessão do Direito de Uso Privativo de Parcelas do Domínio Público no âmbito do Concurso Público realizado para atribuição da Concessão do Porto de Recreio na Zona de Intervenção da EXPO'98.

É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras individuais do exercício de 2021 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Handwritten signature and initials in blue ink.

1.2: Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais anexas, foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 1927/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

Sempre que o SNC-AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações específicas, serão aplicadas supletivamente as disposições das Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), do SNC, das Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

Assim, as demonstrações financeiras são apresentadas em euros, por esta ser a moeda principal das operações da entidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

1.2.1: Derrogações das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP.

1.2.2: Pressupostos das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Continuidade: As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acréscimo): A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em "Devedores por Acréscimos de Rendimentos". Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidos em "Credores por Acréscimos de Gastos".

Materialidade e Agregação: As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação: Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ou vice-versa.

Comparabilidade: A entidade aplica as Normas definidas no SNC-AP ao exercício de 2021 bem como ao exercício de 2020, os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

1.2.3: Caixa e depósitos

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários é a seguinte:



Handwritten signatures and initials in blue ink.

	2020	Débito	Crédito	2021
Numerário	215,15	5.615,15	5.329,03	286,12
Depósitos à Ordem	2.859.519,32	4.012.304,48	3.818.040,85	194.263,63
	<u>2.859.734,47</u>	<u>4.017.919,63</u>	<u>3.823.369,88</u>	<u>194.549,75</u>

2: Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1: Bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCP, requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que podem afetar a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos são baseados na experiência histórica e outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.2: Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1: Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis compreendem as embarcações, o equipamento administrativo e os outros ativos fixos tangíveis e encontram-se valorizados pelo custo histórico deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas de depreciação que melhor refletem a sua vida útil estimada, de acordo com a tabela seguinte:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros AFT	4 a 8

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados.

2.2.2: Ativos intangíveis

De acordo com a interpretação da IFRIC 12 "Acordos de Concessão de Serviços", os ativos reversíveis (infraestruturas) para o Estado no final do período de concessão devem ser reconhecidos como ativos intangíveis do concessionário, dado que o acordo de prestação contratual de serviços não confere ao concessionário o direito de propriedade e controle do uso das infraestruturas de serviço público. O concessionário deve reconhecer um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

O investimento excecional e adicional assumido pela MPN no âmbito da solução técnica adotada para a operacionalização da Marina, para o efeito, no montante de 15.410.176 Euros, excedeu largamente o inicialmente previsto nos termos do Contrato de Concessão. A concedente e a concessionária reconheceram a necessidade de proceder ao reequilíbrio financeiro da concessão mediante outorga de um acordo de promessa de aumento do prazo de concessão em cerca de 30 anos.

A MPN optou por mensurar a concessão pelo justo valor e na determinação do valor em uso tomou-se em consideração o reequilíbrio da concessão mediante o aumento do prazo da concessão.

2.2.3: Contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados para os quais não existe um mercado de cotações ativo.

Quando os valores são recuperáveis para além do prazo normal de recebimento e não vencem juros, procede-se ao respetivo desconto, tendo por base o risco inerente a cada um dos créditos, sendo a diferença para o valor nominal registada em resultados do exercício.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a MPN não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos ou com os prazos de pagamento estipulados. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes, contribuintes e utentes ou outras contas a receber se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.2.4: Caixa e depósitos bancários

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

2.2.5 Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- i. são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- ii. não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;

- iii. a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- iv. seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- v. os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Relativamente ao reconhecimento do rédito nas prestações de serviço, a MPN apenas reconhece o rédito quando os serviços estão totalmente executados ou prestado, sendo de salientar que nesta rubrica estão incluídas as rendas das propriedades de investimento uma vez que fazem parte da atividade normal da empresa.

2.2.6: Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

2.2.7: Passivos financeiros

A NCP 18 – Instrumentos Financeiros, prevê a classificação dos passivos financeiros de duas formas possíveis:

- Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A entidade classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- i. Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- ii. Cujas remunerações sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado;
- iii. Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a apagar.

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados incluem passivos não derivados com o objetivo de venda no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos nos resultados do período.

Um passivo financeiro (ou parte dum passivo financeiro) é desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato tenha expirado ou tenha sido objeto de liquidação ou cancelamento.

2.2.8: Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se materialmente relevantes, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

2.2.9: Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.2.10: Subsídios e apoios do governo

A empresa reconhece os subsídios pelo seu valor no período em que o montante do subsídio é efetivamente recebido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são ocorridos e registados.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a sociedade por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis ou intangíveis são incluídos na rubrica de Património Líquido, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado na exata proporção das respetivas depreciações e amortizações.

2.2.11: Impostos sobre lucros

A empresa está sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) à taxa normal de 21%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5%, conduzindo a uma taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Consequentemente, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2018 a 2021 poderão ainda ser sujeitas a revisão. O CA entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Nos termos do artigo 88.º do CIRC, a empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos correspondente às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A empresa não reconhece ativos por impostos diferidos, porque não existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderia ser considerada a sua utilização.

Os passivos por impostos diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, de acordo com as diferenças temporárias que o geraram, é o seguinte:



Subsídios ao investimento	Saldo Inicial	Imputação de Subsídio	Saldo Final
Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	346.133,75	9.750,24	336.383,51
Total	346.133,75	9.750,24	336.383,51

2.3: Principais julgamentos apresentados

Os julgamentos que o CA faz no processo de aplicação das políticas contabilísticas com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor apreciação do CA, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

2.3.1: Gestão de risco

Fatores do risco financeiro: As atividades das empresas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de preço e risco de taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da empresa, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os potenciais efeitos adversos sobre o seu desempenho.

Risco cambial: A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da empresa a flutuações cambiais. A exposição da empresa ao risco cambial é muito reduzida, dada a pouca ou nenhuma atividade com mercados cuja moeda não seja o euro.

Risco de preço: A empresa não está exposta ao risco de preço, designadamente de matérias-primas.

Risco de liquidez: O modelo de financiamento da empresa tem por base fundos públicos com origem no Estado Português, através da DGTF.

Risco de crédito: Conforme descrito na nota 18, a empresa possui um financiamento obtido num montante de 25.043.485,76€. Este financiamento efetuado inicialmente pela Parque Expo, S.A., foi assumida a posição contratual pela DGTF, em virtude do processo de extinção da Parque Expo, S.A. No entanto, ainda não foi possível clarificar os termos desse financiamento.

Risco de taxa de juro: Os empréstimos vencem juros a uma taxa fixa.

3: Ativos intangíveis

Durante o exercício, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:



Handwritten signature and initials in blue ink.

2021

	Programas Computador	Concessão	Activos Intangíveis em curso	Total
Activo Bruto	-	-	-	-
Saldo inicial	-	22.204.710,51	22.239,55	22.226.950,06
Reclassificação	15.309,00	4.830,00	-	20.139,00
Aquisições	-	-	335,13	335,13
Saldo Final	15.309,00	22.209.540,51	22.574,68	22.247.424,19
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade	-	-	-	-
Saldo inicial	-	8.101.216,68	-	8.101.216,68
Reclassificação	15.309,00	-5.449,04	-	9.859,96
Amortizações do exercício	-	410.701,08	-	410.701,08
Saldo final	15.309,00	8.506.468,72	-	8.521.777,72
Activos líquidos	-	13.703.071,79	22.574,68	13.725.646,47

2020

	Programas Computador	Concessão	Activos Intangíveis em curso	Total
Activo Bruto	-	-	-	-
Saldo inicial	-	22.204.710,51	-	22.204.710,51
Aquisições	-	-	22.239,55	22.239,55
Saldo Final	-	22.204.710,51	22.239,55	22.226.950,06
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade	-	-	-	-
Saldo inicial	-	7.683.455,51	-	7.683.455,51
Amortizações do exercício	-	417.761,17	-	417.761,17
Saldo final	-	8.101.216,68	-	8.101.216,68
Activos líquidos	-	14.103.493,83	22.239,55	14.125.733,38

No ano de 2009, a entidade procedeu a investimentos que ascenderam a 5,8 milhões de euros, os quais foram enquadrados numa promessa de extensão de prazo de concessão por mais 30 anos, passando o término da concessão do ano de 2026 para o ano de 2056.

No entanto, essa promessa ainda não foi concretizada, tanto mais que, entretanto, ocorreu a transmissão da titularidade da entidade para a DGTF e a transmissão da posição de concedente para o Município de Lisboa, não sendo assim possível atualmente obter evidência do que será decidido em 2026 no final do prazo da concessão inicial, podendo, no caso de não prorrogação, impossibilitar a realização integral deste ativo.

5: Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir da entrada em funcionamento dos respetivos bens e de acordo com o Decreto Regulamentar 25/2009.

Durante o exercício, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

2021						
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	Outros AFT	Total
Activos						
Saldo inicial	-	17.901,95	68.348,63	44.832,24	3.583,57	134.666,39
Reclassificação	8.319,31	-16.291,97	-1.226,13	-11.535,44	595,23	-20.139,00
Aquisições	-	1.629,22	-	-	-	1.629,22
Saldo Final	8.319,31	3.239,20	67.122,50	33.296,80	4.178,80	116.156,61
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	17.717,00	66.019,06	42.233,04	3.321,51	129.290,61
Reclassificação	8.319,31	-16.107,02	-1.226,13	-11.535,44	595,23	-19.954,05
Depreciações do exercício	-	17,76	621,22	2.599,20	224,62	3.462,80
Saldo Final	8.319,31	1.627,74	65.414,15	33.296,80	4.141,36	112.799,36
Activos líquidos	-	1.611,46	1.708,35	-	37,44	3.357,25

2020						
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	Outros AFT	Total
Activos						
Saldo inicial	-	17.901,95	68.348,63	44.832,24	3.583,57	134.666,39
Saldo Final	-	17.901,95	68.348,63	44.832,24	3.583,57	134.666,39
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	17.108,12	65.397,94	39.632,64	3.097,35	125.236,05
Depreciações do exercício	-	608,88	621,12	2.600,40	224,16	4.054,56
Saldo Final	-	17.717,00	66.019,06	42.233,04	3.321,51	129.290,61
Activos líquidos	-	184,95	2.329,57	2.599,20	262,06	5.375,78

9: Imparidade de ativos

Durante o período de 2021 registou-se a seguinte variação na rubrica de "Perdas por Imparidade de Ativos":

	Perdas por Imparidades				
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilizações	Saldo final
Dívidas de Terceiros - Clientes de Cobrança Duvidosa	307.372,83	69.112,36	-8.888,17	-80.352,44	287.244,58
Total	307.372,83	69.112,36	-8.888,17	-80.352,44	287.244,58

O valor de 80.352,44 euros evidenciado no quadro anexo respeita à anulação de saldos de clientes para os quais a MPN já não vê qualquer possibilidade de cobrança, após terem sido esgotados todos os meios no sentido de recuperar estes créditos relativos aos saldos evidenciados na rubrica de Clientes de Cobrança Duvidosa e encontrando-se a imparidade totalmente reconhecida.

10: Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

A Marina do Parque das Nações adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica "inventários" apresenta os seguintes valores:

	MERCADORIAS	
	2021	2020
Inventários iniciais	8.056,74	6.577,08
Inventários finais	9.545,79	8.056,74

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é calculado de acordo com os seguintes valores:

	MERCADORIAS	
	2021	2020
Inventários iniciais	8.056,74	6.577,08
Compras	8.486,95	6.283,93
Inventários finais	9.545,79	8.056,74
CMVMC	6.997,90	4.804,27

13: Rendimento de transações com contraprestação

As quantias de rédito reconhecidas durante o período de 2021 e no período homólogo de 2020 são as seguintes:

Vendas e Prestações de Serviços	2021	2020	Variação	%
Cedência de utilização temporária de postos de amarração	765.437,48	684.282,85	81.154,63	11,9%
Cedência de utilização temporária de postos de amarração - custos de manutenção	10.625,94	12.682,15	-2.056,21	-16,2%
Serviços de apoio a nautas	5.771,13	5.649,21	121,92	2,2%
Cedência de exploração da área de terra-pleno	30.000,00	30.000,00	-	0,0%
Cedência de exploração do parque de estacionamento	4.595,51	10.787,14	-6.191,63	-57,4%
Cedência de utilização temporária de loja	201.723,55	210.638,71	-8.915,16	-4,2%
Cedência de utilização temporária de loja - comparticipação em gastos de manutenção	44.530,48	44.671,91	-141,43	-0,3%
Serviços associados a atividades complementares	14.468,97	19.269,07	-4.800,10	-24,9%
Serviços associados a atividades náuticas	5.644,34	2.126,22	3.518,12	165,5%
Débito de gastos com consumos de água	7.342,24	7.017,66	324,58	4,6%
Débito de gastos com consumos de electricidade	20.690,48	47.017,82	-26.327,34	-56,0%
Vendas de Mercadorias	12.752,73	10.619,54	2.133,19	20,1%
Total	1.123.582,85	1.084.762,28	38.820,57	3,6%

17. Acontecimentos após a data de relato

Estas demonstrações financeiras individuais do exercício de 2021 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião de 29 de abril de 2022.

18. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, a MPN apresenta na rubrica de financiamentos obtidos um valor de 25.043.485,76€ relativo a suprimentos realizados pela Parque EXPO a partir de 2011 até ao final de 2016, data em que esta sociedade foi instruída pelo Estado para dotar a MPN dos meios financeiros para proceder ao seu saneamento financeiro (amortização total da dívida bancária e da dívida comercial em atraso) e fazer face a défices de exploração futuros. Os contratos de suprimentos foram sendo prorrogados e os respetivos juros pagos até final de 2017. Após essa data, em virtude do processo de extinção da Parque EXPO e da sucessão da posição contratual para a DGTF, não foi ainda possível clarificar os termos desse financiamento, pelo que os contratos se encontram em situação de incumprimento.

A empresa regista ainda nesta rubrica os valores relativos ao Fundo de Compensação de Trabalho "FCT", que em 31/12/2021 totalizava: 700,63 €.

Categorias de instrumentos financeiros



As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhadas conforme se segue:

Activos Financeiros	31/12/2021	31/12/2020
Clientes	159 055,31	188 889,76
Outras contas a pagar	51 344,21	56 365,29
Outros ativos financeiros	2 500 000,00	
Caixa e depósitos bancários	194 549,75	2 859 734,47
	2 904 949,27	3 104 989,52

Passivos Financeiros	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	48 227,33	52 987,27
Financiamentos obtidos	25 043 485,73	25 043 485,73
Outras contas a pagar - Passivo não corrente	35 411,31	30 000,00
Outras contas a pagar - Passivo corrente	2 482 859,98	1 866 006,45
	27 609 984,35	26 992 479,45

19: Benefícios dos empregados

A empresa não tem quaisquer responsabilidades de pagamentos destinados a Pensões de Reforma ou Fundos de Reforma do Pessoal.

20: Divulgações de partes relacionadas

Relacionamento com a empresa-mãe

De acordo com os termos definidos no art. 4º do Decreto-Lei n.º 67/2018, de 18 de agosto, o Estado, através da DGTF, sucedeu à Parque EXPO em todas as relações jurídicas contratuais que esta integrava à data da sua extinção, pelo que a DGTF passou a ser a acionista maioritária da MPN (99,57% do capital). Atenta a natureza da entidade que a controla, a MPN deixou de integrar um grupo económico de sociedades.

Remunerações dos órgãos sociais

REMUNERAÇÕES ÓRGÃOS SOCIAIS	2021	2020
Conselho de Administração	95.657,29	95.867,68
Assembleia Geral	4.250,00	850,00
Fiscal Único	9.600,00	9.600,00
	109.507,29	106.317,68

Transações entre partes relacionadas

No decurso de 2021 não ocorreram quaisquer transações entre a MPN e as duas entidades que, à exceção do pessoal-chave de gestão, se qualificam como partes relacionadas: a DGTF (na qualidade de acionista maioritária) e a Câmara Municipal de Lisboa (na qualidade de entidade concedente).

Em 31 de dezembro de 2021, a quantia dos saldos pendentes com a DGTF é de 25.043.485,73€, que se encontra registado na rubrica de Financiamentos Obtidos, no Passivo Corrente.

É ainda de referir que, por estimativa, foram reconhecidos gastos com financiamento, no montante de 507.826,24 €, relativos a juros de suprimentos. Isto num contexto em que os contratos de suprimentos cessaram no final de 2017, aguardando-se que a DGTF se pronuncie quanto ao desenvolvimento desta matéria.

23: Outras informações

23.1: Fluxos de caixa

As componentes de caixa e equivalentes de caixa encontram-se, na totalidade, disponíveis para utilização futura.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Foi efetuada a conciliação entre os saldos de caixa e seus equivalentes com o saldo para a gerência seguinte, sendo de salientar que a componente de saldo resultante de operações de tesouraria corresponde a saldos de cauções prestadas por clientes.

Rubricas	montantes expressos em Euros	
	Período	
	2021	2020
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.694.549,75	2.859.734,47
- Equivalentes a caixa no início do período	-2.500.000,00	
- Variações cambiais de caixa no início do período		
= Saldo para a gerência seguinte	194.549,75	2.859.734,47
De execução orçamental	159.138,44	2.829.734,47
De operações de tesouraria	35.411,31	30.000,00

23.2: Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que a sociedade cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a sociedade por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados na medida em que ocorra o respetivo recebimento, pois só aí se entende que se garante o critério de reconhecimento da probabilidade de virem a gerar benefícios económicos futuros.

Subsídios à Exploração	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante não recebido
Programa Adaptar 2020		1.690,52	
Total	-	1.690,52	-

O montante recebido no presente exercício 1.690,52€ diz respeito ao valor remanescente de um total atribuído de 3.689,58€ relativo ao Programa Adaptar considerado em 2020.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a sociedade por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis ou intangíveis são incluídos na rubrica Transferências e Subsídios de Capital, em Capital Próprio, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado na exata proporção das respetivas depreciações e amortizações.

Subsídios ao investimento	Saldo Inicial	Imputação de Subsídio	Saldo Final
Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	346.133,75	9.750,24	336.383,51
Total	346.133,75	9.750,24	336.383,51

23.3: Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa normal de 21%, sendo a Derrama fixada à taxa de 1,5% do lucro tributável.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Resultado antes de impostos	-1.018.277,15	-1.027.383,58
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	-	-
Diferenças permanentes		
Perdas e reversões por imparidade	31.037,18	54.495,65
Excesso estimativa para imposto		-0,02
Outras situações	-895,60	-1.081,64
Ajustamentos à colecta - Tributação autónoma	652,30	829,54
Imposto sobre o rendimento do período	<u>1.541,51</u>	<u>1.364,27</u>
Imposto diferido gerado no exercício	-2.193,81	-2.193,81

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2018 a 2021 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

Além disso, a entidade reconheceu ativos por impostos diferidos:

	<u>Activos por Impostos Diferidos</u>		<u>Passivos por Impostos Diferidos</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Subsídios ao investimentos	0,00	0,00	75 686,25	77 880,06
	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>	<u>75 686,25 €</u>	<u>77 880,06 €</u>

23.4: Divulgações exigidas por diplomas legais

Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus Administradores, a sociedade não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remunerações.

Também não foram celebrados quaisquer contratos, entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Outras obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2021, a empresa não tinha quaisquer dívidas ao Setor Público Estatal cujo pagamento estivesse em mora, encontrando-se a sua situação devidamente regularizada.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

23.5: Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2021	2020	Variação	%
Serviços especializados	516.018,05	461.607,95		
Trabalhos especializados	195.032,61	161.355,87	33.676,74	20,9%
Publicidade e propaganda	322,03	954,60	- 632,57	-66,3%
Vigilância e segurança	83.330,00	81.733,50	1.596,50	2,0%
Honorários	19.856,44	7.098,01	12.758,43	179,7%
Comissões	2.466,37	2.340,35	126,02	5,4%
Conservação e reparação	214.919,95	208.125,62	6.794,33	3,3%
Conservação e reparação	90,65	-	90,65	0,0%
Materiais	6.789,29	8.814,76	- 2.025,47	-23,0%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.032,77	6.429,83	- 397,06	-6,2%
Livros e documentação técnica	49,53	23,59	25,94	110,0%
Material de escritório	706,99	1.971,93	- 1.264,94	-64,1%
Outros	-	389,41	- 389,41	-100,0%
Energia e fluídos	125.114,89	137.336,88	- 12.221,99	-8,9%
Electricidade	84.607,58	100.466,98	- 15.859,40	-15,8%
Combustíveis	1.096,98	937,14	159,84	17,1%
Água	39.410,33	35.932,76	3.477,57	9,7%
Deslocações, estadas e transportes	721,96	133,70	588,26	440,0%
Deslocações e estadas	140,10	133,70	6,40	4,8%
Transportes de mercadorias	21,86	-	21,86	0,0%
Deslocações e estadas	560,00	-	560,00	0,0%
Serviços diversos	186.362,29	184.484,03	1.878,26	1,0%
Rendas e alugueres	121.648,02	121.008,64	639,38	0,5%
Comunicação	7.657,01	8.069,02	- 412,01	-5,1%
Seguros	8.864,95	8.995,79	- 130,84	-1,5%
Contencioso e notariado	1.261,50	984,00	277,50	28,2%
Limpeza, higiene e conforto	39.213,00	37.988,14	1.224,86	3,2%
Outros serviços	7.717,81	7.438,44	279,37	3,8%
	835.006,48	792.377,32	42.629,16	5,4%

23.6: Diferimentos

DIFERIMENTOS	2021	2020
Diferimentos Gastos a reconhecer		
Gastos com o FSE	10.965,34	6.381,42
<i>Gastos com o FSE - trabalhos especializados</i>	6.622,94	380,00
<i>Gastos com o FSE - conservação e reparação</i>	-	1.638,62
<i>Gastos com o FSE - livros e documentação técnica</i>	-	23,59
<i>Gastos com o FSE - seguros</i>	4.342,40	4.339,21
Gastos com o pessoal	252,52	-
	<u>11.217,86</u>	<u>6.381,42</u>
Diferimentos rendimentos a reconhecer		
Faturação Corrente	70.541,54	61.312,20
Referentes a anos anteriores - Edifício Nau	665.291,75	813.134,39
Referentes a anos anteriores - Postos de Amarração	104.814,60	143.998,58
	<u>840.647,89</u>	<u>1.018.445,17</u>

23.7: Estados e outros entes públicos

Os saldos das subcontas desta rubrica estão discriminados no quadro que se segue:

	2021		2020	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos especiais por conta	12.643,54	-	12.643,54	-
IRC a Pagar/Recuperar	5.984,29	-	2.018,86	-
IR - Retenção de impostos s/ o rendimentos	-	4.256,51	-	4.655,25
Imposto sobre o valor acrescentado	1.528,38	4.773,24	176,57	5.575,38
Contribuições para a Segurança Social e CGA	-	6.366,03	-	6.395,44
Fundo de Compensação do Trabalho	-	27,08	-	27,08
	<u>20.156,21</u>	<u>15.422,86</u>	<u>14.838,97</u>	<u>16.653,15</u>

23.8: Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Gastos com o Pessoal apresentava a seguinte composição:

Gastos com o pessoal	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	109.507,29	106.107,29
<i>Remunerações dos órgãos sociais - Administração</i>	95.657,29	62.629,80
<i>Remunerações dos órgãos sociais - Assembleia-geral</i>	4.250,00	850,00
<i>Remunerações dos órgãos sociais - Órgãos de fiscalização</i>	9.600,00	9.600,00
Remunerações do pessoal	159.895,90	158.750,47
Encargos sobre remunerações	58.894,51	57.783,61
Seguros de acidente de trabalho e doenças profissionais	3.686,46	3.779,16
Outros	1.697,50	3.145,73
Outros encargos sociais	7.680,24	8.845,86
<i>Seguro de saúde</i>	6.871,09	6.246,45
<i>Seguro de vida</i>	809,15	2.599,41
	<u>341.361,90</u>	<u>338.412,12</u>

23.9: Outros rendimentos e gastos

A decomposição das rubricas outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas, no final de 2021 e de 2020, é como se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2021	2020
Outros rendimentos e ganhos	31.499,84	10.853,05
<i>Correcções de períodos anteriores</i>	14.270,27	1,01
<i>Excesso da estimativa para impostos</i>	1.769,33	-
<i>Imputação de subsídios para investimentos</i>	9.750,24	9.750,24
<i>Restituição de impostos</i>	-	0,02
<i>Outros não especificados</i>	5.710,00	1.101,78
	<u>31.499,84</u>	<u>10.853,05</u>

Outros gastos e perdas	2021	2020
Impostos e taxas	5.753,34	5.420,49
<i>Imposto Indiretos</i>	142,50	141,97
<i>Taxas</i>	5.610,84	5.278,52
Outros	2.025,91	1.662,63
<i>Correcções relativas a períodos anteriores</i>	645,91	282,63
<i>Quotizações</i>	1.380,00	1.380,00
	<u>7.779,25</u>	<u>7.083,12</u>

23.10 Juros e gastos similares suportados

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos anos de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

Juros e gastos similares suportados	2021	2020
Juros e encargos suportados		
Juros de financiamentos obtidos	507.826,24	509.217,54
	<u>507.826,24</u>	<u>509.217,54</u>

23.11: Depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme se segue:

Depreciações e amortizações	2021	2020
Activos fixos tangíveis	3.462,80	4.054,56
Activos intangíveis	410.701,08	417.761,17
	<u>414.163,88</u>	<u>421.815,73</u>

23.12: Garantias prestadas e obtidas

Em 31 de dezembro de 2021, as garantias prestadas pela MPN a terceiros ascendiam ao montante de 5.187,40 euros.

Relativamente às garantias prestadas por terceiros à MPN, o valor total ascendia 11.713,80 euros, fundamentalmente para caucionar o cumprimento por parte de clientes relativamente a contratos de cedência temporária de direitos exclusivos de utilização de lojas do Edifício Nau e de caucionar o cumprimento por parte de fornecedores das obrigações inerentes a contratos de prestação de serviços.

23.13: Eventos Subsequentes

Situação de conflito armado na Ucrânia

Apesar de ainda não ser possível antever, a esta data, o impacto efetivo do conflito armado que se iniciou em território ucraniano a 24 de fevereiro de 2022, entre a Federação Rússia e a Ucrânia, é provável que o mesmo venha a ter repercussões sobre a atividade da Sociedade, designadamente face ao agravar do contexto macroeconómico que esta



situação tem vindo a provocar, através de um forte aumento do preço de um conjunto de matérias-primas a nível global e dos eventuais impactos no crescimento económico mundial e, em particular, na Europa. A Sociedade está ativamente a monitorizar esta situação e, apesar da imprevisibilidade da mesma a esta data, consideramos que não impacta as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Lisboa, 29 de abril de 2022

O Contabilista Certificado nº 68598


Francisco José Machado Nogueira

O Conselho de Administração


André Filipe Fernandes


Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstrações Orçamentais

Estas demonstrações orçamentais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com as disposições do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos previstos nas NCP emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2021.

De acordo com a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, as demonstrações orçamentais, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da empresa, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos. Estas demonstrações orçamentais visam a divulgação de informação sobre o cumprimento de obrigações legais ou outras regras impostas externamente.

As demonstrações orçamentais que incluem as demonstrações previsionais e as demonstrações de relato orçamental, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da empresa, no dia 29 de abril de 2022 e são expressas em euros.

Em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do parágrafo 46 da NCP mencionada, são seguidamente apresentados os quadros que constituem um conjunto completo de demonstrações orçamentais, com a seguinte ordem:

Tipos DO	Demonstrações orçamentais	Observações
Demonstrações orçamentais previsionais	Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	
	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	
Demonstrações orçamentais de relato individual	Demonstração do Desempenho Orçamental	Não aplicável
	Demonstração de Execução Orçamental da Receita	
	Demonstração de Execução Orçamental da Despesa	
	Demonstração de Execução do PPI	Não aplicável
	Anexo às Demonstrações Orçamentais	



Handwritten signatures and initials in blue ink.

I. Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES

Orçamento Plurianual por Rubrica - Receita

Exercício: 2021

Valores em EUR

Rubrica	Descrição	Orçamento 2021			Plano orçamental plurianual			
		Ano Anterior	Valor	Total	2022	2023	2024	2025
Receitas Correntes								
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes							
R5.1	Administrações Públicas							
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	1.199.035,00	1.199.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Correntes		0,00	1.199.035,00	1.199.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital								
R8	Venda de bens de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital							
R9.1	Administrações Públicas							
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas não efetiva								
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	1.038.215,00	1.038.215,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas não efetiva		0,00	1.038.215,00	1.038.215,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Orçamento		0,00	2.237.250,00	2.237.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Handwritten signatures and initials in blue ink.

MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES
Orçamento Plurianual por Rubrica - Despesa

Exercício: 2021

Valores em EUR

Rubrica	Descrição	Orçamento 2021			Plano orçamental plurianual			
		Ano Anterior	Valor	Total	2022	2023	2024	2025
Despesas Correntes								
D1	Despesas com o pessoal							
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	332.647,00	332.647,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	8.550,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	86.469,00	86.469,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	984.303,00	984.303,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências correntes							
D4.1	Administrações Públicas							
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	171.851,00	171.851,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Correntes		0,00	1.583.820,00	1.583.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital								
D7	Investimento	0,00	653.430,00	653.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Transferências de capital							
D8.1	Administrações Públicas							
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas de Capital		0,00	653.430,00	653.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não efetivas								
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas não efetivas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Orçamento		0,00	2.237.250,00	2.237.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES
Relatório e Contas de 2021

III. Demonstração de Execução Orçamental da Receita

MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES
Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Exercício: 2021

Valores em EUR

Rubrica	Descrição	Receitas por cobrir de períodos anteriores		Receitas cobradas líquidas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas		Receitas por cobrar no final do período		Grau de execução orçamental	
		Previsões Corrigidas			Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Períodos anteriores	Período corrente	Períodos anteriores
	Receitas Correntes											
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R2	Contribuições para sist. de proteção social e subsist. de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	1.190.035,00	497.138,41	1.215.212,68	133.447,46	1.138.867,10	5.829,00	1.001.500,75	1.133.038,10	445.865,53	11,05%	84,16%
R7	Outras receitas correntes	9.000,00	129,51	9.002,55	1.017,20	8.981,87	1.017,20	7.964,67	7.964,67	150,19	0,00%	88,50%
	Receitas de Capital											
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9	Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	2.829.735,00	0,00	2.829.734,47	0,00	2.829.734,47	0,00	2.829.734,47	2.829.734,47	0,00	0,00%	100,00%
	Total Geral	4.028.770,00	497.267,92	4.053.949,70	134.464,66	3.977.583,44	6.846,20	3.839.199,89	3.970.737,24	446.015,72	3,26%	95,29%



IV. Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Exercício: 2021

Valores em EUR

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos / descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental				
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente			
Despesas Correntes																
D1	Despesas com o pessoal															
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	268.034,00	0,00	268.029,38	261.970,74	0,00	261.970,74	6.058,64	0,00	0,00%	0,00%	97,74%			
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	10.131,00	0,00	10.130,43	10.036,93	0,00	10.036,93	93,50	0,00	0,00%	0,00%	99,07%			
D1.3	Segurança social	0,00	74.394,00	0,00	74.391,44	70.013,47	0,02	70.013,45	4.377,97	0,00	0,00%	0,00%	94,11%			
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	914.613,00	0,00	911.090,12	858.845,54	53.248,58	805.919,18	52.244,58	-322,22	5,82%	0,00%	88,12%			
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D6	Outras despesas correntes	0,00	111.863,00	1.452,00	110.409,90	110.409,90	0,00	110.409,90	0,00	0,00	0,00%	0,00%	98,70%			
Despesas de Capital																
D7	Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
Despesa Não Efetiva																
D10	Ativos financeiros	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	100,00%			
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
Total Geral		0,00	3.879.035,00	1.452,00	3.874.051,27	3.811.276,58	53.248,60	3.758.350,20	62.774,69	-322,22	1,37%	1,37%	96,89%			

V. Anexo às Demonstrações Orçamentais

1 — Alterações orçamentais da receita

MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES
Alterações Orçamentais da Receita

Exercício: 2021

Valores em EUR

Rubrica	Descrição	Tipo	Receita					Observações
			Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais		
Receitas Correntes								
R1	Receita fiscal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	Contribuições para sist. de proteção social e subsist. de saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4	Rendimentos de propriedade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5	Transferências Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	Permutativa	1.199.035,00	91.192,00	100.192,00	0,00	1.190.035,00	
R7	Outras receitas correntes	Permutativa	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	
Receitas de Capital								
R8	Venda de bens de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9	Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R12	Ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	Permutativa		1.038.215,00	1.038.215,00	0,00		
		Modificativa	1.038.215,00	1.791.520,00	0,00	0,00	2.829.735,00	
Total Geral			2.237.250,00	2.929.927,00	1.138.407,00	0,00	4.028.770,00	

2 — Alterações orçamentais da despesa

MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES
Alterações Orçamentais da Despesa

Exercício: 2021

Valores em EUR

Rubrica	Descrição	Tipo	Despesa				Observações	
			Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais				Dotações Corrigidas
				Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais		
Despesas Correntes								
D1	Despesas com o pessoal							
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	Permutativa		3.051,00	3.051,00	0,00		
		Modificativa	332.647,00		64.613,00	0,00	268.034,00	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	Permutativa		3.400,00		0,00		
		Modificativa	8.550,00		1.819,00	0,00	10.131,00	
D1.3	Segurança social	Modificativa	86.469,00		12.075,00	0,00	74.394,00	
D2	Aquisição de bens e serviços	Permutativa		530.482,00	353.882,00	0,00		
		Modificativa	984.303,00		246.290,00	0,00	914.613,00	
D3	Juros e outros encargos		0,00			0,00	0,00	
D4	Transferências correntes		0,00			0,00	0,00	
D5	Subsídios		0,00			0,00	0,00	
D6	Outras despesas correntes	Modificativa	171.851,00		59.988,00	0,00	111.863,00	
Despesas de Capital								
D7	Investimento	Permutativa			180.000,00	0,00		
		Modificativa	653.430,00		473.430,00	0,00	0,00	
D8	Transferências de capital		0,00			0,00	0,00	
D9	Outras despesas de capital		0,00			0,00	0,00	
D10	Ativos financeiros	Modificativa	0,00	2.500.000,00		0,00	2.500.000,00	
D11	Passivos financeiros		0,00			0,00	0,00	
Total Geral			2.237.250,00	3.036.933,00	1.395.148,00	0,00	3.879.035,00	

3 — Operações de tesouraria

MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES

Operações de tesouraria

Exercício: 2021

Valores em EUR

Código das contas	Descrição	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07	Operações de tesouraria				
071	Recebimentos por operações de tesouraria	30.000,00	5.411,31		35.411,31
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	30.000,00	5.411,31		35.411,31
0719	Outras receitas de operações de tesouraria	0,00			0,00
072	Pagamentos por operações de tesouraria	0,00			0,00
0723	Devolução de cauções e garantias	0,00			0,00
0729	Outras despesas de operações de tesouraria	0,00			0,00
Total Geral			5.411,31	0,00	

4 — Contratação administrativa:

Dado o entendimento de que a MPN não está obrigada à aplicação do regime da contratação pública nos termos do CCP, porquanto prossegue uma atividade com carácter industrial ou comercial, guiada por critérios de pura racionalidade e eficiência económica, submetida à lógica concorrencial de mercado, a MPN não recolhe, nem trata, informação sobre os contratos celebrados no período de relato ou em períodos anteriores para efeitos desta divulgação.

5 — Transferências e subsídios:

Não foram registados quaisquer recebimentos ou pagamentos nas rubricas receita e despesa relativas a transferências ou subsídios.

Lisboa, 29 de abril de 2022

O Contabilista Certificado nº 68598


Francisco José Machado Nogueira

O Conselho de Administração


André Filipe Fernandes


Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA DA MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 16.675.573 euros e um total do património líquido, negativo, de 11.866.168 euros, incluindo um resultado líquido, negativo, de 1.016.736 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA DA MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES, S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incertezas materiais relacionadas com a continuidade

Por força de novos investimentos realizados no ano de 2009, a Entidade obteve uma promessa de extensão do prazo de concessão por mais 30 anos, passando o término da concessão do ano de 2026 para o ano de 2056. No entanto, essa promessa ainda não foi concretizada formalmente, o que a não ocorrer pode impossibilitar a realização integral do seu ativo mais relevante. Esta situação encontra-se divulgada no ponto 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Existem suprimentos na Entidade que ascendem 25 milhões de euros, corporizados em 10 contratos sendo o primeiro de 2011 e o último de 2017. Todos os contratos foram periodicamente prorrogados até ao final de 2017. Após a transmissão da titularidade da Entidade para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, não existiram quaisquer prorrogações dos contratos, pelo que a partir de 01 de janeiro de 2018 a totalidade dos valores pode ser considerada exigível. Esta situação encontra-se divulgada no ponto 18 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material

devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 3.970.737 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 3.811.599 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto a não divulgação no relatório de gestão da informação prevista no parágrafo 34 da NCP 27 relativa à Contabilidade de Gestão.

Lisboa, 29 de abril de 2022

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Número de registo na CMVM: 20161505
Número de registo na OROC: 209
Representada por



Luís Baptista

Número de registo na CMVM: 20160809
Número de registo na OROC: 1198



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

INTRODUÇÃO

1. Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA DA MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES, S.A.** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2. Acompanhámos a evolução da atividade e os negócios, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço reportado a 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, as demonstrações orçamentais e o relatório de gestão preparados pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data, elaborados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas - SNC-AP.
4. Emitimos uma Certificação Legal das Contas, a qual foi emitida com uma incerteza material relacionada com a continuidade constituída por dois pontos.

PARECER

5. Face ao exposto, e tomando em consideração a Certificação Legal das Contas, documento por nós emitido, somos de opinião que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.
6. No entanto, chamamos a atenção para o facto de ter sido identificada a ausência da corporização do sistema de controlo interno previsto no artigo 9º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que vigorasse durante 2021 tal pode significar a não deteção de distorções que seriam por esta via prevenidas, corrigidas ou mitigadas. No entanto, foi aprovado no final do ano de 2021 um Sistema de Controlo Interno (SCI) materializado numa Ordem de Serviço (Ordem de Serviço n.º OS.01/2021). Esta Ordem de Serviço foi aprovada em reunião de Conselho de Administração realizada em dezembro de 2021, tendo entrado em vigor a 01 de janeiro de 2022.

7. Chamamos também a atenção para o facto de não se encontrar corporizada a aplicação da NCP 27 relativa à Contabilidade de Gestão, pelo que se encontra comprometida a capacidade da Entidade de divulgar a informação prevista no ponto 6 da NCP 27.
8. Finalmente, chamamos ainda a atenção para o facto de, e no que respeita nomeadamente ao porto de recreio e ao edifício nau, não existir uma cobertura de seguro suficiente que mitigue o risco de uma eventual ocorrência de sinistros. A ocorrerem, tal poderá conduzir a perdas significativas que terão de ser assumidas pela Entidade e refletidas nas suas demonstrações financeiras como perdas dos períodos em que ocorrerem.
9. Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 29 de abril de 2022

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Número de registo na CMVM: 20161505
Número de registo na OROC: 209

Representada por



Luís Baptista

Número de registo na CMVM: 20160809
Número de registo na OROC: 1198

